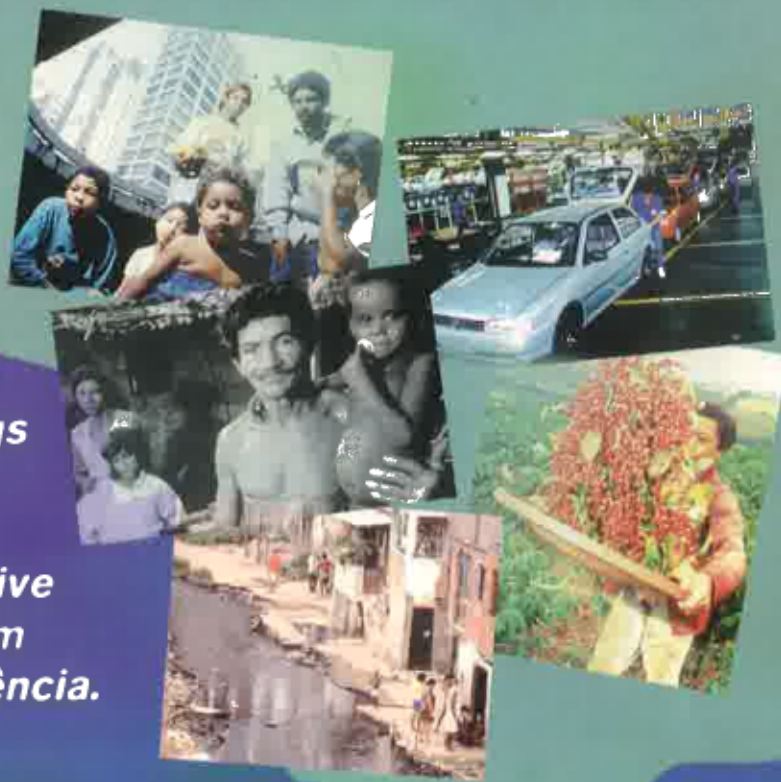


ENTREVISTA
Chico de Oliveira fala do
fracasso de FHC na presidência

Revista **Adusp**

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes - SN - Maio 1996 - Nº 6

*Veja os rankings
que dividem
o Brasil.
A miséria convive
lado a lado com
riqueza e opulência.*



Campeão de Desigualdade

Reitoria da USP nega remédio a professor com o vírus HIV

APRESENTAÇÃO

De um lado, o Brasil que deu certo. Aquele que consome e é regido pela lei de mercado. Este é o Brasil das Alphaville, das BMW, das finas massas italianas e da água mineral francesa Perrier. De outro, o país dos miseráveis, sem acesso às proteínas mínimas necessárias à sobrevivência, ao mercado de trabalho, à educação, à saúde, à habitação e à terra. Este é o Brasil das chacinas do Carandiru (111 mortos), da Candelária (7 mortos), de Vigário Geral (21 mortos),

de Corumbiara (9 mortos) e de Eldorado dos Carajás (19 mortos). São dois Brasis distintos e o primeiro deles faz de conta que o outro não existe. Pior, o presidente da República não assume suas responsabilidades.

Age como se a culpa fosse da sociedade como um todo e não do seu governo ou de governos anteriores. A Revista **Adusp**, baseada em uma pauta proposta para a revista **BRASIS**, publicação da Andes que está em fase de estudo de viabilidade econômica, e com a colaboração

da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, procurou levantar os principais rankings que identificam claramente a vala que separa esses dois países. Não é nossa proposta publicar índices inéditos ou apontar soluções definitivas. Procuramos, sim, agrupar dados

que são apresentados isoladamente em simpósios, congressos e pela própria imprensa. Talvez o contraste desses Brasis explique a atitude de um soldado do exército que, no final do ano passado, assaltou um banco em Porto Alegre e, preso em seguida no interior de um ônibus, confessou-se envergonhado de duas coisas: do próprio assalto que acabara de cometer e do salário de R\$ 160,00. Para complementar esta análise, publicamos artigo inédito do prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro (PT) – também pautado originalmente para a revista **BRASIS** – e uma entrevista com o economista e sociólogo da USP Francisco de Oliveira.

Ele fala do fracasso do governo Fernando Henrique Cardoso em diminuir as desigualdades sociais desses dois países.

Na visão do professor Chico de Oliveira, como é conhecido, as regras estabelecidas pelo governo FHC tendem a aumentar e acentuar ainda mais esse distanciamento. O depoimento do professor Jorge Beloqui, também publicado nesta edição, reafirma a existência do fosso entre o Brasil de uma minoria abastada e o Brasil da maioria dos cidadãos comuns. Infectado com o vírus da Aids, o professor Beloqui não consegue o remédio 3TC – o que há de mais avançado no combate a essa doença, neste momento – porque o Ministério da Saúde não o distribui, a reitoria da USP se nega a pagar o tratamento, e o salário dele, diante dos outros gastos existentes, é insuficiente.

Não bastasse essa realidade, o Congresso Nacional acaba de aprovar a Lei de Patentes, que abre uma imensa avenida para que as multinacionais do setor farmacêutico invadam e dominem o conhecimento na área de seres vivos.

Enquanto inúmeros países se negam a patentear a vida, o Brasil se curva diante dos interesses do governo norte-americano.

Esse assunto é tratado em artigo do professor José Walter Bautista Vidal.

Carta

Reforma do ensino de 1º e 2º Graus

“Quero parabenizar os editores da Revista Adusp que, através das publicações deste veículo, têm mostrado profissionalismo e competência. Os temas sempre atuais e polêmicos abordados em matérias e entrevistas vêm propiciar a discussão e conseqüente crescimento cultural e político de seus leitores. Em relação específica à matéria ‘Os Sinos Dobram pela Escola Pública’, publicada na edição nº 5, janeiro deste ano, que critica o processo de reorganização escolar, quero expressar minha opinião de que a mudança física da rede escolar visa a melhor qualidade educacional, que até então estava visivelmente afetada por falta de ações técnicas e de boa vontade, como demonstraram a secretaria da Educação, Rose Neubauer e o governo do Estado ao promover e assumir tal medida”.

Renato Amary

Líder do PSDB na Assembléia Legislativa de São Paulo

Expediente

DIRETORIA

Marco A. Brinati, Osvaldo Coggiola, Jair Borin, Heloísa D. Borsari, Valéria De Marco, Primavera Borelli, José Nivaldo Garcia, Antonio César Fagundes, José Marcelino Rezende Pinto, Ozírde Manzolli Neto.

Comissão Editorial

Adilson O. Citelli, Bernardo Kucinski, Fernando Leite Perrone, Francisco Gorgônio da Nóbrega, Jair Borin, Khaled Goubar, Lígia M. Marcondes Machado, Nelson Achcar, Nilza Nunes da Silva, Norberto Luiz Guarinello e Zilda M. Gricoli Iokoi.

Editor: Marcos Luiz Cripa vd
Editoração eletrônica: Luís Ricardo Câmara e Maria Cristina Waligora
Capa: Doriana Madeira (Dmag)
Fotos da capa: Abril Imagens
Ilustrações: Osvaldo Pavaneli e Maringoni
Projeto Gráfico: Dmag - Artes Gráficas
Revisão: Francisco José Mendonça Couto
Secretaria: Alexandra Moretti Carillo e Rogério Yamamoto
Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos
Fotolitos: Bandeirante
Gráfica: Poolprint
Tiragem: 5.000 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374
Cidade Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900
Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466
Fax: (011) 814-1715

A **Revista Adusp** é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas desde que os textos inéditos sejam entregues em disquete e tenham no mínimo dez mil e no máximo vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial, que decidirá sobre seu aproveitamento.

ÍNDICE

6

BRASIL, CAMPEÃO DE DESIGUALDADE

*Reportagem de Ayrton Kanitz (RS), José Luiz Frare (SP) e Lígia Coelho (RJ)
Texto final de Hamilton de Souza*

11

ESTADO

OPULÊNCIA E DOMINAÇÃO NA TERCEIRA ONDA

Tarso Genro

13

ENTREVISTA

Chico de Oliveira

19

TER HIV NA USP

OU O USO DO HÍFEN NA LÍNGUA PORTUGUESA

Jorge A. Beloqui

23

COTAS PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE

Mauro Göpfert Cetrone

30

MONOPÓLIO DAS PATENTES

J.W.Bautista Vidal

39

AVALIAR PARA CRESCER

Glaci T. Zancan

41

DENGUE

EM DEBATE O RESSURGIMENTO DA QUESTÃO DA ERRADICAÇÃO DO MOSQUITO TRANSMISSOR

Delsio Natal

46

FLORESTAN NÃO TEVE MEDO DA LIBERDADE!

Maria Nilde Mascellan

49

SOBRE HÓSTIAS, CÓPULAS, BISPOS E DIVORCIADOS

León Ferrari

BRASIL, CAMPEÃO DE DESIGUALDADE

Em várias oportunidades ao longo da sua história o Brasil perdeu a oportunidade de construir um desenvolvimento integral do povo e do país. Essa dissociação cavou abismos, gerou contrastes e produziu disparidades internas e externas. O Brasil econômico anda longe do Brasil social. Num dos extremos, ostenta o 1º lugar mundial na produção de açúcar, café, frutas, laranja e mandioca e o 2º lugar em rebanho bovino. No outro extremo, 400 mil crianças morrem de fome anualmente e 22 milhões de brasileiros –9% da população urbana e 34% da rural– vivem abaixo da linha da pobreza absoluta. A convivência desses opostos, positivos e negativos, é que faz do Brasil um campeão da desigualdade.

**Reportagem de Ayrton Kanitz (RS), José Luiz Frare (SP) e Lígia Coelho (RJ)
Texto final de Hamilton de Souza**

Jogado na disputadíssima corrida da globalização, o Brasil tem sido obrigado a reconhecer, de forma cada vez mais acintosa, que esconde em suas entranhas contradições estruturais ainda intocáveis. Os “dois brasis” e a “belíndia” de tempos atrás continuam convivendo impunemente mesmo nestes tempos de “modernidade” neoliberal. Os indicadores nacionais e internacionais atestam as disparidades, mostram o fosso e, o mais grave, revelam caminhos opostos que teimam em não se encontrar.

O Brasil já foi a oitava e agora é a nona economia mundial. Assim mesmo os mais ufanistas adoram lembrar que o país anda em boa companhia e senta à mesa com as potências do Primeiro Mundo. Mas o Brasil é, também, o campeão mundial em concentração de renda. Segundo relatório de 1995 do Banco Mundial, os 10% mais ricos da população abocanham 51,3% do PIB. “Em nenhum outro país do mundo os ricos se apropriam de um percentual do PIB tão alto como os brasileiros”, diz Otaviano Helene, professor do Instituto de Física da Usp e ex-presidente da Adusp.

É a pura verdade. Os 40% mais pobres no Brasil ficam com apenas 7% do PIB, o índice mais baixo de todos os 145 países incluídos no relatório do Unicef sobre a Situação Mundial da Infância (1995). E os 20% mais ricos ficam com 68% da renda nacional, a mais alta taxa de concentração do mundo. Com esse desempenho, o país é enviado de volta ao Terceiro Mundo e obrigado a andar na triste companhia de Guiné-Bissau, Guatemala e Panamá.

Para se ter uma ideia mais precisa do que representa essa disparidade entre ricos e pobres basta

fazer uma comparação com o México, país que não se notabiliza exatamente pela justiça social e nem pela lisura política e administrativa. Companheiro do Brasil na corrida da globalização e metido numa crise econômica desde o final de 1994, o México ainda consegue ser mais justo na distribuição da riqueza: lá, os 20% mais pobres da população ficam com o dobro da renda em relação à mesma camada brasileira (veja quadro).

Lógica

Segundo o professor Otaviano Helene, a lógica da concentração da riqueza no Brasil é tão cruel que acaricia os ricos e esmaga os pobres tanto em períodos de expansão quanto de retração econômica. “Não adianta crescer ou diminuir a economia”, diz ele, pois existem “mecanismos econômicos muito fortes que definem quais setores vão ganhar ou perder; toda vez que há uma expansão econômica, os setores mais privilegiados

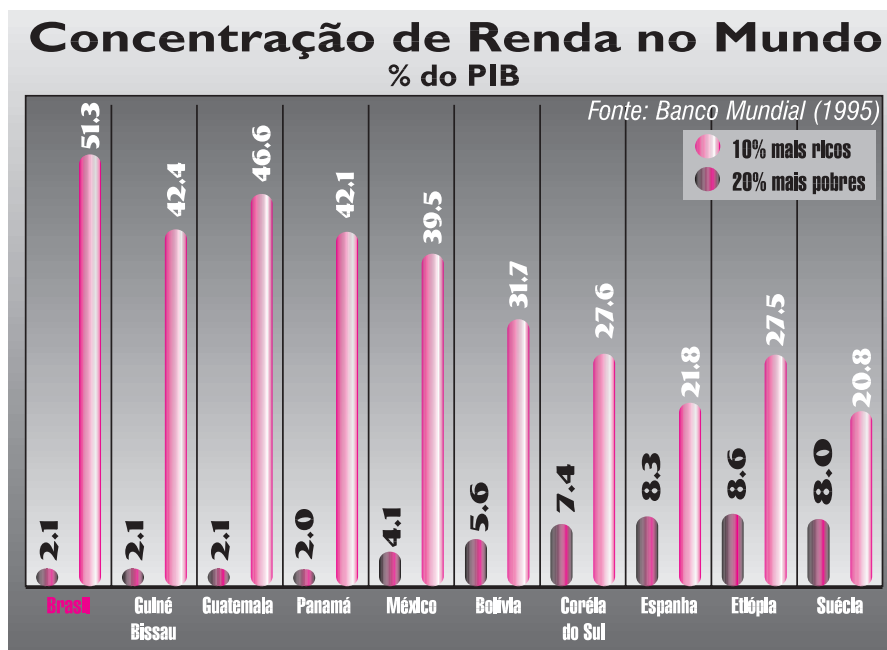
conseguem se apropriar mais do crescimento e o setor mais atrasado não se beneficiará; e toda vez que há uma retração na economia quem paga por ela são os segmentos mais pobres, com diminuição de salários, demissões etc.”.

O mais assustador, no entanto, é verificar que essa lógica cruel parece resistir aos regimes políticos e à coloração partidária dos governos. Nos anos 70, no auge do “milagre brasileiro”, em plena ditadura militar, o todo-poderoso ministro Delfim Netto justificava a política de concentração com a fórmula culinária, dizendo que era preciso fazer o bolo crescer para depois distribuir. Agora, em plena democracia política, o Plano Real, concebido para estabilizar a economia, também deu sua contribuição para aumentar as distâncias entre ricos e pobres. De acordo com o próprio IPEA, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, de setembro de 1994 a setembro de 1995, 17% do pessoal empregado passou da economia for-

mal para o mercado informal, aumentando o desamparo social, o trabalho precário e a instabilidade.

O aumento do desemprego e a contenção dos salários, de um lado, e o subsídio oficial a setores e grupos econômicos, de outro, têm sido os mais eficientes alimentadores das desigualdades. Para o professor Emir Sader, do Departamento de Sociologia da USP e da UERJ, “o Brasil detém os melhores e os piores indicadores sócio-econômicos do Terceiro Mundo e, justamente por isso, é o campeão em desigualdades, pela polarização entre riqueza e pobreza”. Embora tal afirmação possa parecer um paradoxo, ele explica que os setores da economia que mais cresceram nos últimos anos foram o da exportação, o de consumo de luxo e o bancário-financeiro, que não favorecem a distribuição de renda e, ao contrário, são concentradores de riqueza.

Emir Sader afirma que “são justamente os índices positivos que explicam os negativos”, e cita, como exemplo, o bom desempenho do Brasil na exportação desde a soja até automóveis, mas, cujo resultado, não gera riqueza para o povo. O consumo de luxo idem, pois realimenta apenas o mercado já existente. Da mesma forma, o setor bancário-financeiro não cria riqueza, não produz e “até há algum tempo ainda gerava emprego, mas agora nem isso mais, porque o desemprego nesse setor vem crescendo muito”. Mesmo sabendo disso tudo, o atual governo insiste em desviar bilhões de reais dos cofres públicos para “salvar” instituições financeiras fraudadas pelos seus próprios proprietários.



Miséria

Se de um lado o Brasil ostenta, orgulhosamente, os primeiros lugares em indicadores econômicos (veja quadro), de outro, o país desponta, vergonhosamente, no campeonato das mazelas sociais que o modelo concentrador proporciona. Segundo o relatório do Unicef, o Brasil tem 9% de sua população urbana e 34% da população rural vivendo abaixo do nível de pobreza absoluta. Ou seja, cerca de 22 milhões de brasileiros não têm condições de manter uma dieta mínima nutricionalmente adequada. Em linguagem clara e direta: estão passando fome.

Outro dado que ilustra as contradições do país, a corrosiva concentração e o fosso que separa os ricos dos pobres está presente nas comparações salariais. No mercado interno, a política salarial não

apenas provoca o achatamento generalizado como também esmaga mais drasticamente a base da pirâmide. Pesquisa divulgada pela revista *Exame*, em dezembro passado, revelou que em 115 empresas de São Paulo, Rio de Janeiro e sul do país, no espaço de seis meses, o salário médio de um executivo pulou de 32 vezes o salário médio de um operário para 47 vezes mais. Por essas e outras é que desde a década de 50 o trabalho vem reduzindo sua participação na renda nacional e hoje está na casa dos 25%; os outros 75% cabem à remuneração do capital.

Transportados para o cenário internacional, os salários brasileiros batem novamente nos extremos dos indicadores. Com relação ao mínimo não é preciso andar muito: basta verificar que o salário brasileiro, em torno dos 100 dólares, é o menor pago entre os parceiros do Brasil no Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai). Na outra ponta, segundo pesquisa da consultoria internacional Towers Perrin (publicada na *Gazeta Mer-*

cantil de 15/01/96), os salários dos executivos brasileiros são os mais altos do mundo (294 mil dólares por ano), numa amostra realizada em 22 países economicamente fortes, incluindo Estados Unidos, Alemanha, Japão e França.

Todo mundo está cansado de saber que o desenvolvimento de um país está diretamente relacionado com o seu investimento em educação. Nessa área, mais uma vez, o Brasil figura no *ranking* internacional entre os países com maior número de analfabetos. Em números absolutos, segundo a UNESCO, o Brasil é o 7º colocado no mundo, com 19 milhões de analfabetos (veja quadro). O mais grave, no entanto, é que o país tem – ainda hoje – 4 milhões de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola, sem perspectivas de que venham a ter alguma escolaridade até a idade adulta.

Futuro

Além disso, paradoxalmente, a cada censo o IBGE registra uma

Vice-campeão mundial da Aids

Segundo dados do Ministério da Saúde, em 1995 o Brasil já estava em segundo lugar no ranking mundial de casos registrados de Aids, com 71.111 doentes, e perdendo apenas para os Estados Unidos, que tinha 441.528 casos registrados. Os dados brasileiros, no entanto, são considerados subestimados por várias entidades, que apontam falhas e atrasos nos registros da doença e nas notificações de mortes. A médica infectologista Maria Eugênia Lemos Fernandes, da Associação Saúde da Família, disse que as entidades de saúde pública estimam que haja hoje no Brasil 700 mil pessoas soropositivas e que entre 120 mil e 130 mil tornam-se portadoras do vírus da Aids a cada ano.

Maiores Economias do Mundo
PNB (US\$ milhões)

| | |
|--------------------|------------------|
| EUA | 6.259.899 |
| Japão | 4.214.204 |
| Alemanha | 1.910.760 |
| França | 1.251.689 |
| Itália | 991.386 |
| Reino Unido | 819.038 |
| Espanha | 478.582 |
| Canadá | 477.468 |
| Brasil | 444.205 |
| China | 425.611 |

Fonte: Banco Mundial (1995)

queda no índice de analfabetismo no Brasil, ao mesmo tempo em que cresce o número absoluto de analfabetos. Em 1920, por exemplo, 64,9% da população era analfabeta, ou 11,4 milhões de pessoas. Em 1950, o analfabetismo caiu para 50,5% da população e o número de analfabetos subiu para 15,2 milhões. E, em 1980, havia 25,5% de analfabetos, ou 18,7 milhões.

Segundo estudos do Unicef, em 1995, comparando o desempenho de cada país no ensino com o nível de desenvolvimento econômico, o Brasil apresentou o quarto pior resultado da América Latina, com 29 pontos negativos, acima somente do Haiti (-40), Guatemala (-34) e República Dominicana (-34). Já em 1992, o Brasil foi incluído pela primeira vez em uma olimpíada internacional de Ciências e Matemática, para alunos de 7ª série, conduzida por instituições norte-americanas. Participaram 20 países de todos os continentes e o Brasil acabou classificado em penúltimo lugar, à frente apenas de Moçambique.

No Brasil, a situação econômica interfere negativamente na escolaridade e na qualidade do ensino. Segundo o professor Otaviano Helene, “sobretudo na universidade particular, quando há crise econômica cai o índice de matrícula, enquanto nos países onde a escola é pública, como na Argentina, quando há desemprego o aluno que não tem trabalho acaba ficando mais tempo na universidade”. Dados da UNESCO mostram que quase 50% das crianças matriculadas na 1ª série do 1º grau abandonam a escola antes do final do ano ou são reprovadas. Muitas delas deixam a escola para trabalhar e complementar a renda familiar. Por isso, de cada 100 crianças matriculadas na 1ª série apenas 56 atingem a 5ª série; somente 39 chegam ao 2º grau e 12 à universidade.

Com base nessa situação, especialistas brasileiros reunidos num seminário em São Paulo, em 1993, avaliaram que no atual ritmo de escolarização apenas no ano 2100 o Brasil terá 95% de uma geração com o 1º grau com-

pleto; e somente no ano 3080 cerca de 90% dos brasileiros terão concluído o 2º grau — índices que os países desenvolvidos já alcançaram há tempos.

O Brasil econômico continua andando longe do Brasil social. O país ostenta, por exemplo, segundo a FAO, o oitavo lugar mundial na produção de cereais, ficando atrás da China, EUA, Índia, Rússia, França, Indonésia e Canadá. Mas obtém, ao mesmo tempo, o 87º pior índice de mortalidade infantil, numa lista de 132 países. Com 57 mortes no primeiro ano de vida, entre cada mil crianças nascidas vivas, o país só ganha, em toda a América Latina, da Bolívia (73) e do Peru (63); e perde para países como Nicarágua (51), Guatemala (46), El Salvador (45), Honduras (41), República Dominicana (40) e, distanciado, de seus parceiros do Mercosul.

Analfabetismo no Mundo

nº de habitantes (em milhões)

| | total | analfabetos |
|-------------------|-------------|-------------|
| Índia | 897 | 264 |
| China | 1205 | 224 |
| Paquistão | 128 | 39 |
| Bangladesh | 122 | 37 |
| Nigéria | 119 | 27 |
| Indonésia | 195 | 26 |
| Brasil | 157 | 19 |
| Egito | 56 | 16 |
| Irã | 63 | 12 |

Fontes: total, UNICEF (1995) e analfabetos, Unesco (1990)

Campeão de mortes no trânsito

Embora os números sobre mortes em acidentes de trânsito apresentem diferenças nos registros de vários órgãos no Brasil, entre eles o Geipot, ABNT e Denatran, em todos o país aparece disparado como o grande campeão mundial. De acordo com o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), em 1992 morreram em acidentes 21.387 pessoas, enquanto no Japão foram 11.451; na Alemanha, 11.300; na França, 9.617 e, na Itália, 7.400. Todos esses países, entretanto, mantêm frotas superiores à brasileira, que era, em 92, de 20,9 milhões de veículos. O Japão tinha 64,6 milhões de veículos; a Alemanha, 47,4; a França, 28,8 e a Itália, 34,7 milhões de veículos.

Fome

De acordo com a FAO e outras instituições internacionais, o Brasil ocupa o 1º lugar mundial na produção de açúcar, café, frutas, laranja e mandioca; é o 2º na produção de feijão, soja, banana e cacau e em rebanho bovino; é o 3º na produção de milho; é o 4º na produção de carne e na criação de galinhas; é o 5º em rebanhos suíno e equino. Ou seja, a fartura da agricultura e da pecuária brasileiras é de dar inveja em qualquer país do planeta. No entanto, segundo dados da Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças, 400 mil crianças morrem de fome por ano no Brasil. E a reversão desse quadro é mais dramática quando se sabe que mais de 53% da população infante-juvenil vivem em famílias cu-

ja renda mensal *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo.

Enfrentar as disparidades, reduzir o fosso e acabar com as desigualdades são desafios antigos da vida nacional. Para o professor Eduardo Giannetti Fonseca, da Faculdade de Economia da USP, “os problemas mais graves do Brasil são a ausência de uma boa base educacional, o descontrole demográfico, a falta de acordo sobre as regras do jogo econômico e Estado excessivamente intrusivo, que não respeita a liberdade e as regras do mercado”. Ele acha que, “para se tornar uma grande nação, o Brasil precisa resolver duas coisas básicas: a pobreza em massa e a inflação crônica; tiradas essas duas pragas, o país tem condições de florescer enquanto cultura e mostrar que nem tudo na vida é valor econômico”.

O professor Emir Sader responsabiliza diretamente o modelo econômico concentrador pelas maiores contradições do país. Segundo ele, o Plano Real “estabilizou a moeda, mas foi uma estabilização puramente monetária, porque existe muita entrada de dólares, já que o Brasil tem a taxa de juros mais alta do mundo e isso atrai capital especulativo, mas não cria riqueza”. Além disso, acrescenta: “O Estado brasileiro é deficitário, é o maior devedor da economia e paga dívidas com a taxa de juros mais alta do mundo. Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu, a dívida interna do Brasil era de 45 bilhões de reais e hoje é de 103 bilhões. Em 95, o governo gastou 25 bilhões de reais entre dívida interna e externa, mas com saúde e educação gastou apenas 8 bilhões”.

Todos os indicadores provam, com seus números (relativos e absolutos), que o distanciamento entre o caminho econômico e o caminho social cria mesmo contradições de toda ordem, alimenta disparidades e polarizações e torna evidente uma sociedade desigual. Na luta por tecnologia e produtividade, fundamentais na corrida internacional de mercados, o Brasil impressiona por sua voracidade em obter o certificado de qualificação ISO 9000, que atesta a boa qualidade na produção de bens e serviços. Ao mesmo tempo, o país provoca arrepios em todo o mundo com o trágico exemplo de Caruaru, onde matou mais de 40 pessoas numa simples e corriqueira sessão de hemodiálise. Na convivência dessas realidades é fácil descobrir quem leva a pior. **RA**

Maiores Produtores de Cereais

toneladas métricas

| | |
|------------------|----------------|
| China | 400.409 |
| EUA | 353.353 |
| Índia | 199.585 |
| Rússia | 102.117 |
| França | 60.420 |
| Indonésia | 55.757 |
| Canadá | 49.147 |
| Brasil | 44.165 |

Fonte: FAO (1992)

Maiores Produtores de Veículos

mil unidades

| | |
|----------------------|---------------|
| Japão | 11.228 |
| EUA | 10.890 |
| Alemanha | 3.991 |
| França | 3.156 |
| Canadá | 2.239 |
| Coreia do Sul | 2.050 |
| Espanha | 1.768 |
| CEI | 1.589 |
| Reino Unido | 1.569 |
| Brasil | 1.391 |

Fonte: ANFAVEA (1993)

ESTADO

OPULÊNCIA E DOMINAÇÃO NA TERCEIRA ONDA

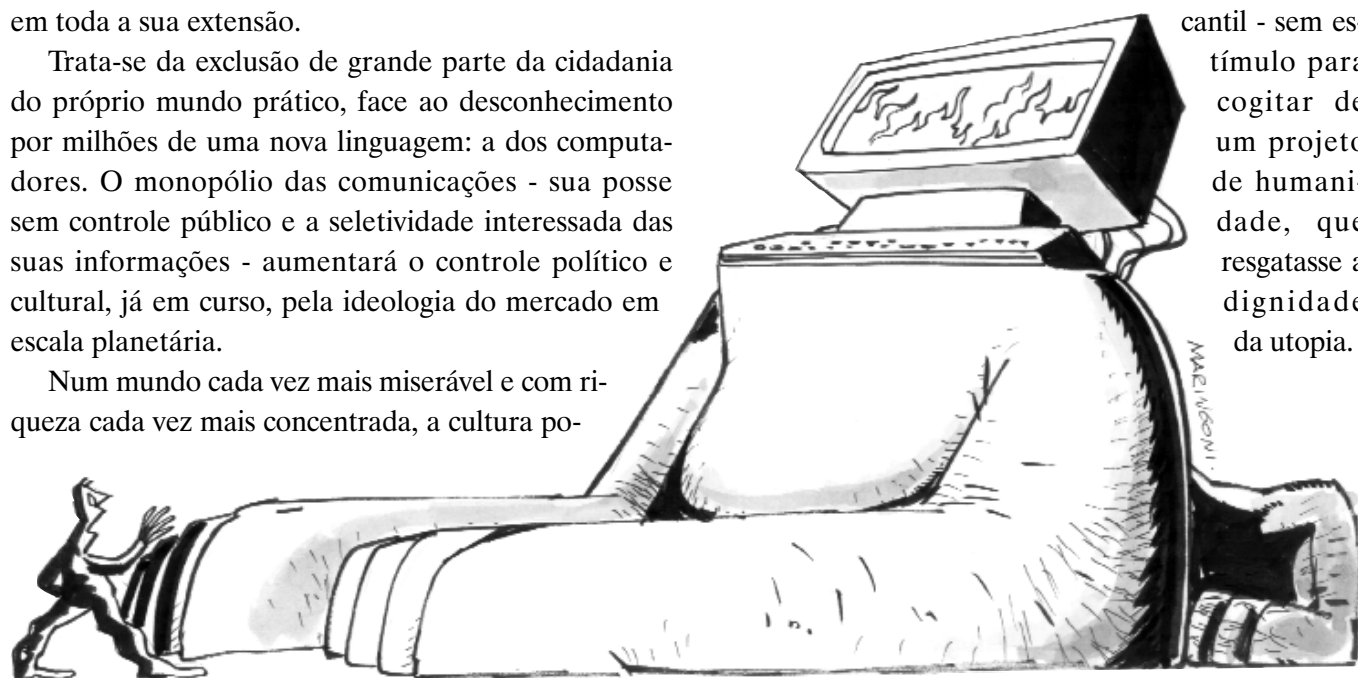
Tarso Genro

Ao lado da segregação e da exclusão social, impulsionadas pelos liberais convertidos em neoliberais e pelos ex-social-democratas (que passaram a defender o fim de políticas distributivas através da regulação do Estado), prepara-se uma “terceira onda” de desigualdade, cujo grau de desumanidade ainda não pode ser avaliado em toda a sua extensão.

Trata-se da exclusão de grande parte da cidadania do próprio mundo prático, face ao desconhecimento por milhões de uma nova linguagem: a dos computadores. O monopólio das comunicações - sua posse sem controle público e a seletividade interessada das suas informações - aumentará o controle político e cultural, já em curso, pela ideologia do mercado em escala planetária.

Num mundo cada vez mais miserável e com riqueza cada vez mais concentrada, a cultura po-

lítica gerada pelos monopólios não se cansa de bater em três teclas, sem permitir de fato qualquer argumento contrário: o mercado é o novo Deus que torna o Estado supérfluo; tudo que é público e estatal é velho e atrasado; esquerda é sinônimo de oposição à modernização e à modernidade. Nos últimos dez anos as novas gerações sofreram uma brutal lavagem cerebral, para se tornarem elas mesmas peças da engrenagem mercantil - sem estímulo para cogitar de um projeto de humanidade, que resgatasse a dignidade da utopia.



Os que não concordam com o ideário neoliberal – privilégios jamais tiveram condições de demonstrar à população que não existe e jamais existirá mercado desregulado. Ou seja, ou este é regulado através de normas do Estado, ou é regulado através de uma outra força normativa, a dos fatos, isto é, é regulado pelos mais fortes, que detêm a informação ou o monopólio de vastos setores da economia, ou ambos.

Jamais se levou em consideração que o Estado que aí está tem corporações e privilégios que asseguraram a desigualdade social geral precisamente porque sempre esteve a serviço dos privilegiados que existem na sociedade. Jamais este Estado teve controle público, ou seja, ele sempre esteve impermeável à sociedade, protegido por barreiras burocráticas totalmente hostis ao cidadão comum.

Quando, porém, muitos formadores de opinião afirmam que a esquerda se opõe ao que é moderno, estes porta-vozes do neoliberalismo aproveitam bem, de uma parte, a divisão imperante hoje em nosso meio; e, de outra, ressaltam a ausência de uma proposta contemporânea da esquerda para a reforma do Estado. Uma proposta capaz de fundir as experiências democráticas e revolucionárias realizadas a partir do Iluminismo com as grandes transformações científico-tecnológicas que se operaram nos últimos 25 anos.

As experiências de gestão do Estado Moderno, as duas grandes experiências da esquerda moderna, o bolchevismo e a social-democracia - tanto quanto o fascismo e a democracia republicana típica - partiram da separação formal e real do Estado e da sociedade civil.

As relações entre essas duas esferas - a privada e a pública - sempre foram relações de tutela. O objeto da tutela evidentemente variava segundo o programa e a ideologia das forças políticas que ocupavam o Estado, com maior ou menor “taxa” de democracia política e de respeito aos direitos humanos. Mas a rígida separação entre o Estado, com sua burocracia, e o cidadão, com seus direitos e demandas, imperou rigidamente na forma estatal que emergiu da Revolução Francesa e das demais revoluções populares.

O projeto neoliberal usa precisamente esta oposição e separação real para trabalhar o senso comum e seduzi-lo para sustentar um certo tipo de reforma, especulando com o fato de que a necessidade de reforma é sentida por todos. Todos se sentem separados

e/ou hostilizados por esse Estado impotente para proteger e eficaz para cobrar e punir.

A reforma do neoliberalismo, porém, é a redução, o enfraquecimento, a vingança, pois, contra o monstro inerte, que me torna cada vez mais segregado e desigual! Aí está a força da idéia neoliberal e o reduto da nossa fraqueza neste período de crise estrutural do Estado Moderno!

Tenho defendido que a posição da esquerda deveria ser de vanguardear a reforma do Estado através de propostas que deixassem evidente que o projeto neoliberal se opõe à cidadania e que apontassem de forma emblemática para a extinção da separação entre o Estado e a sociedade, já que a existência desta separação afirma privilégios e reproduz corporações.

Isso pode se materializar através de mecanismos de controle externo (da administração e do judiciário, por exemplo), mas principalmente através da criação institucional de um novo conceito de espaço público: nele, o Estado abdicaria da sua potestade e se submeteria à cidadania; e os cidadãos, necessariamente, deixariam de lado seus interesses privados para decidir sobre o interesse público.

Já existem exemplos moleculares dessa combinação da representação política, com a emergência de foros originários da democracia direta (comissões do SUS, Conselhos Tutelares, Conselhos Populares que controlam o orçamento), o que demonstra uma reação espontânea em curso, promovida pelos movimentos sociais. Logo, é possível uma proposta nova, já colocada diretamente pelas relações sociais, que se oponha ao Estado que “transcende a sociedade como Deus transcende o mundo”, como diria o velho Kelsen.

A defesa do Estado que aí está nos compromete com a concepção de um Estado ineficiente para responder às demandas das classes populares. Perante a terceira revolução científico-tecnológica - cujos meios de controle emergentes da informática e das telecomunicações são exponenciais - devemos ter claro que ou a sociedade ocupa o Estado e o reconstrói ou, dotado desses superpoderes, monopólios e Estado vão solidificar a ditadura do fascismo informatizado, cujo Deus será um mercado sem leis.

Tarso Genro é prefeito de Porto Alegre (PT).

Entrevista
Chico de Oliveira
por Marcos Cripa

FHC FAZ GOVERNO CONSERVADOR E DESASTROSO

Fotos: Ronaldo Entler



Um dos primeiros intelectuais a aderir às propostas do Partido dos Trabalhadores e amigo de Fernando Henrique Cardoso à época em que o atual presidente do Brasil freqüentava o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o economista e sociólogo da USP Francisco de Oliveira já foi acusado de jogar na ponta direita do partido e de se confundir com o PSDB. Um ano e meio após a posse de Fernando Henrique, ele tece severas críticas ao “ex-amigo” e compara o governo FHC ao dos militares. “Ele não está matando ninguém do ponto de vista físico, mas a discussão, o dissenso, aqueles que divergem. Está matando mentalmente este país. Isto é um crime tão miserável quanto a morte física”, afirma Chico de Oliveira.

Adusp - Qual a análise do governo Fernando Henrique nesse ano e meio de governo?

Chico de Oliveira - É sempre difícil fazer uma análise do governo Fernando Henrique já que fui colega dele durante doze anos no Cebrap, de 70 a 82, quando ele passou a militar na política. Nossas relações são muito tênues e devo dizer que, hoje, elas ainda existem. Eu, no entanto, não me considero mais entre aqueles que são amigos do presidente. Há mais de um ano escrevi um artigo para a *Revista do Cebrap* tentando prever o que o governo Fernando Henrique poderia significar. A minha previsão, não no sentido que as cartomantes fazem, mas com o auxílio da ciência social, era de que seria um governo desastroso para o país. Desastroso porque o plano em que o governo se baseava era um desastre. Na verdade o Plano Real reduziu as taxas de inflação, mas mesmo assim é um desastre, já que se baseia pura e simplesmente no fato de que o Brasil abdicou de ter uma moeda nacional. Isto significa que, quando o Estado nacional abdica de ter uma moeda, o que desaparece é o Estado nacional. Isso explica boa parte das dificuldades que o governo FHC enfrenta.

Adusp - Quais dificuldades?

Chico de Oliveira - Ele não consegue fazer uma política social porque não tem mais controle sobre sua moeda. Tem que estar sempre referendando sua moeda na moeda externa. Isso explica as dificuldades de ter uma política industrial autônoma. Isso explica as dificuldades de o governo ter uma política de distribuição de renda. Enfim, o governo Fernando Henrique, que parece um sucesso do ponto de vista de ter baixado a inflação, é um estrondoso fracasso do ponto de vista de ter uma política autônoma para o país, do ponto de vista de ter uma ou-

sada política social de reformas. É um governo conservador e desastroso. É um governo que tirou a esperança, que se apóia no mito da estabilidade, e toda estabilidade é, por definição, conservadora. Estamos vendo o estrago que isso está produzindo. Ainda hoje (08/04) um jornalista da *Folha de S. Paulo* chamava a atenção para duas coisas que são sintomáticas. De um lado, Leonardo Pareja (líder de uma rebelião em Goiás) é louvado como herói por um desembargador do Estado e, de outro lado, o ministro Adib Jatene, que cuida da Saúde, tenta invadir os programas de televisão para convencer a população e os políticos de

O governo FHC, que parece um sucesso do ponto de vista de ter baixado a inflação, é um estrondoso fracasso do ponto de vista de ter uma política autônoma para o país, de ter uma ousada política social de reformas.

que necessita de recursos para a saúde. Esse é o estado do Estado brasileiro. Falido, sem capacidade de implementar nenhuma política e presa fácil de grupos econômicos, do assalto ao Estado e do assalto de bandidos pé-de-chinelo. Do pé-de-chinelo ao bandido do Sivam, o Estado brasileiro é uma presa fácil, inerte e sem capacidade de reagir. E mais, alardeia essa pompa e essa glória do Plano Real.

Adusp - No período mais culminante da polarização entre Lula e Fernando Henrique, durante a eleição de 94, uma parcela significativa da sociedade apoiava o sociólogo em detrimento do metalúrgico. Acredita-se que essa parcela da sociedade esperava muito mais do governo FHC. Por

que isso não está acontecendo?

Chico de Oliveira - Sociólogo na presidência não significa, necessariamente, nada melhor. Quando a pessoa vai à presidência ou entra na política ela passa a guiar-se pelas regras da política. O que acontece com o sociólogo Fernando Henrique na presidência, surpreendentemente, é que, como afirma, num artigo, a professora da Unicamp Maria Silva de Carvalho Franco, não há em Weber, o autor comumente citado para livrar responsabilidade do político, cisão entre a ética das responsabilidades e a ética das convicções. O político, diz-se, é aquele que tem a ética da responsabilidade. Ele tem apenas que ser responsável pela escolha que faz, enquanto o cientista tem a ética da convicção. Você é movido pela convicção. Ora, Maria Silva demonstra, lamentavelmente com uma linguagem meio hermética, que não há essa cisão em Weber. Portanto, todo político, mesmo aquele que assume responsabilidades, está obrigado por uma ética da convicção a preservar aquilo que deve ser feito para o bem público. Portanto, o sociólogo Fernando Henrique não podia nunca ter abdicado dos princípios que o guiavam enquanto sociólogo.

Adusp - Por que ele abdicou dessa condição?

Chico de Oliveira - Por razões que não são as da política em abstrato, são as da política em concreto, pelas alianças que fez, por ter passado a fazer parte dos grupos oligárquicos mais reacionários da política brasileira. Essa é a razão. Quando colocamos na disputa presidencial um sociólogo e um metalúrgico, fizemos isso nos termos mais tradicionais da discriminação de classe que o brasileiro faz. Servindo-nos da espécie de fundo atávico que temos dentro de nós, introjetado por séculos de es-

cravismo de que o pobre não presta porque é pobre, e do culto, da louvação àquele que domina, quando não era nada disso. O que estava em jogo eram dois projetos diferentes. Fernando Henrique não foi eleito porque tenha carisma popular; foi eleito porque tinha o Plano Real. Este deu um alívio momentâneo, reduziu a inflação e elegeu Fernando Henrique. Duvido que sem o plano ele tivesse sido eleito.

Adusp - Diante dos acordos firmados com Antônio Carlos Magalhães e Paulo Maluf, é possível dizer que Fernando Henrique é refém da antiga Arena?

Chico de Oliveira - Não, esse entendimento beneficia o presidente. Esse entendimento o absolve das responsabilidades. Na verdade, ele é o líder dessa poderosa coalizão. O líder não é o Maluf, não é o Antônio Carlos Magalhães, ou o PFL. O líder chama-se Fernando Henrique Cardoso. É ele quem move essa coalizão; é ele quem dá as diretrizes. Se você reparar, não há nenhum ministério importante entregue nem ao PFL, nem ao Maluf, nem a um outro partido. Todos os ministérios importantes são do PSDB. As diretrizes, a exemplo da privatização, que podem ser caracterizadas de neoliberais, saem do PSDB e não do PFL. Achar que Fernando Henrique é refém é um benefício que se faz a ele. Eu diria o contrário, o PFL é que é refém do senhor Fernando Henrique. Na verdade, ao aliar-se com esses personagens, esse tipo de força política, ele reitera nos bolsões mais miseráveis do Brasil a liderança fisiologista mais tacaña de um lado e o populismo mais miserável de outro. Há uma modernização conservadora, termo que um outro eminente cientista político criou, há muito tempo atrás. E ele faz parte dessa modernização conservadora.

Adusp - Quando se deu o rompimento e “o príncipe dos sociólogos”, como FHC era conhecido, passou a assumir essa liderança conservadora?

Chico de Oliveira - Não saberia localizá-lo precisamente. Agora, a ruptura entre o sociólogo e o político se dá quando ele entra na política, quando ele percebe que, na política brasileira, para lograr os postos e as funções, ou seja as ambições que os políticos têm, manter-se com as posições, propósitos e orientações que ele tinha enquanto sociólogo não levaria a lugar algum. Em outras palavras, um sociólogo marxista não entra na política para ter êxito e o Fernando Henrique queria ter

*Uma das coisas que mais se ensina em ciências sociais, em política, em sociologia, é exatamente que o Estado não é empresa (...)
No momento em que o Estado vira empresa, deixa de haver a necessidade de existir o Estado.*

êxito. Então, ele vai se desfazendo de suas convicções, de seus princípios, de suas orientações enquanto sociólogo e na política vira outra coisa.

Adusp - Como o senhor analisa a negociata implementada pelo governo para aprovar a reforma da previdência e barrar a CPI dos bancos?

Chico de Oliveira - Essa negociata faz parte da forma tradicional de se fazer política no Brasil. É uma coisa perversa porque se lança nos meios mais tradicionais, mais fisiológicos para fazer uma reforma que não é reforma; para uma reforma que, na verdade, lança ainda mais incertezas num grupo de trabalhadores. Basta ver que 50% dos trabalhadores brasileiros já não têm nenhuma cobertura social e

com essa reforma da previdência vai ser pior ainda. Reforma é uma coisa que no léxico antigo tinha um sentido progressista. Ao usurpar o léxico da reforma para a direita, comete-se uma usurpação revoltante. Isso não é reforma coisa nenhuma, é uma contra-reforma. É inacreditável que alguém faça uma reforma desse tipo. A reforma do Estado é conduzida como se o Estado fosse uma empresa. Pega-se um senhor que tem êxito na administração do grupo Pão de Açúcar e o transforma em ministro de Estado para fazer a reforma do Estado brasileiro, como se o Estado fosse uma empresa. Oras, uma das coisas que mais se ensina em ciências sociais, em política, em sociologia, é exatamente que o Estado não é empresa. Exatamente que entre Estado e sociedade existe uma atenção rica, com contradições, e que é preciso preservar essa atenção. No momento em que o Estado vira empresa, deixa de haver a necessidade de existir o Estado. Acontece que a necessidade, ou a realidade, é mais forte que as utopias perversas desses senhores e todas as vezes ela vai cobrar os seus direitos. Aí aparecem os roubos do Nacional, do Econômico etc.

Adusp - Para onde, então, vai o Brasil se o plano econômico é recessivo e as reformas não levarão a lugar algum?

Chico de Oliveira - Vamos voltar a ser uma sociedade de arquipélagos, cheia de ilhotas de ricos extravagantes, de empresas bem-sucedidas, mas sem integração. A economia brasileira há muito tempo foi concebida como um conjunto de arquipélagos. Cada uma se ligava a uma determinada demanda externa. O açúcar ficou no exterior, depois os metais nobres como o ouro, depois as peles, o cacau e também o café. Então, a economia brasileira descrita pelos grandes historiadores era uma economia de arquipélagos. A in-

dustrialização criou uma economia nacional integrada, onde a força de trabalho do Nordeste migrava para São Paulo e a indústria de São Paulo criava mercado nacional. Evidentemente que com desníveis, com miséria em alguns lugares, mas progresso em outros. Agora, vamos ter ilhas de novo. Ilhas de excelência, como eles gostam de dizer. Vamos ter a Renault no Paraná, por exemplo. Os marginais que a literatura sociológica achou que haviam sido integrados na sociedade, de alguma maneira, vão voltar a reaparecer. O Estado vai ficar cada vez mais imponente para lidar com a sua própria territorialidade, para controlar a violência privada. Está aí o exemplo de que já falei, do Leonardo Pareja, que lidera uma rebelião e sai pelas ruas como herói, sendo aplaudido. O resultado deste governo vai ser pior ainda do que o que estamos vivendo atualmente.

Adusp - As palavras-chave do governo FHC são desestatizar e enxugar o Estado. Como é que o senhor avalia esta questão?

Chico de Oliveira - Isso é uma bobagem. O Brasil sempre pega carona atrasado nas coisas que acontecem no mundo. Isso quer dizer que as economias mais desenvolvidas não conseguem dar resposta à questão social, que hoje é gravíssima, mas não tem essa adoração pelo neoliberalismo que o Brasil tem; essa coisa servil, essa coisa boba que nós vemos nos nossos ministros diariamente. Eles continuam com as mentes colonialistas. Não há possibilidade nenhuma no capitalismo contemporâneo de haver uma economia sem Estado. Isso é uma quimera, e como quimera é perversa. Vê-se, no mundo, que os Estados que renunciaram a utilizar instrumentos estatais para regular o mercado se saíram muito mal. De modo que isso é uma bobagem, uma besteira. Não tem história

econômica que sustente isso de jeito nenhum. A Alemanha, que é um grande país, modelo para muitas coisas, é o típico caso de país que entra na industrialização tardiamente e entra por força de uma poderosa ação estatal. É um caso clássico, estudado pela história econômica. O Japão é outro caso. Os tigres asiáticos são todos desse dia-pásão, o próprio Brasil é. Como é que, de repente, essa gente que estuda isso entra nessa?

Adusp - Por que entra?

Chico de Oliveira - Entra por interesse de classe, e não é preciso uma sociologia muito elaborada para expli-

Esse governo é profundamente hostil a todo grupo que se organiza.

Talvez, seja um de seus piores defeitos. A destituição de direitos que esse governo patrocina é um dos aspectos mais estúpidos, mais perversos, seguindo a linha do Collor.

car. Eles perderam a solidariedade com o assalariado, com os pobres, por interesse de classe. Se nós olharmos, todos eles já estão do outro lado há muito tempo. Não há nenhum governo tão classista quanto o que está sendo o de Fernando Henrique. Todos são constituídos por grandes empresários ou por grandes executivos. Isso, como Marx dizia há 150 anos, muda a cabeça das pessoas. É simples, parece banal, vulgar, mas é assim mesmo.

Adusp É a manutenção do status quo da elite brasileira?

Chico de Oliveira - É isso mesmo. A miséria não os afeta. Eles já viajam de helicóptero. Nem o estado das estradas afeta mais a eles. Você acha que o estado das estradas afeta al-

guém que vem a São Paulo em avião presidencial e depois segue para Ibiúna de helicóptero? É como a Catarina da Rússia, que mandava pintar os barcos de verde, vermelho, azul.

Adusp - Mas essa fantasia um dia vai ter que ter fim. Nesse momento, para a população, o melhor caminho é o da mobilização?

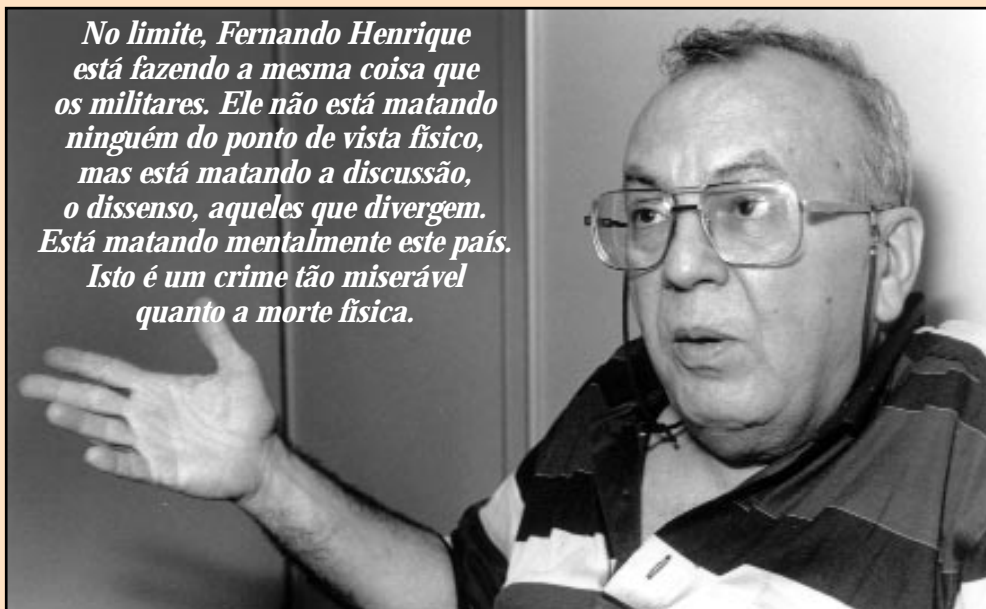
Chico de Oliveira - Essa é a grande questão. Quando a população se mobiliza, se organiza, dá um basta nisso tudo. Mas veja que esse governo é profundamente hostil a todo grupo que se organiza. Esse, talvez, seja um de seus piores defeitos. A destituição de direitos que esse governo patrocina é um dos aspectos mais estúpidos, mais perversos, seguindo a linha do Collor.

Adusp - Dá para o senhor citar alguns casos?

Chico de Oliveira - Na greve dos petroleiros o senhor Fernando Henrique usou o argumento de que era preciso fazer respeitar as decisões do Tribunal Superior do Trabalho. Agora, vetou uma lei que o Congresso fez anistiando os petroleiros para que as sedes dos seus sindicatos não sejam penhoradas. O argumento é de que assim ele prestigia a Justiça. Ocorre que ele não agiu assim quando vetou a lei que mandava cassar o senhor Humberto Lucena. Trata-se de destruir a organização dos trabalhadores. Esse é o objetivo dele. E ele sabe que a sociedade está desorganizada. Com a sociedade desorganizada é possível fazer programas como a Comunidade Solidária, onde se distribuem saquinhos de leite em pó e tudo o que não presta para dizer que estão matando a fome.

Adusp - O presidente sempre aparece na televisão dizendo que quem está contra o governo dele está contra o Brasil, contra a estabilização. Isso

No limite, Fernando Henrique está fazendo a mesma coisa que os militares. Ele não está matando ninguém do ponto de vista físico, mas está matando a discussão, o dissenso, aqueles que divergem. Está matando mentalmente este país. Isto é um crime tão miserável quanto a morte física.



demonstra um traço de autoritarismo até então desconhecido da personalidade dele, o senhor concorda?

Chico de Oliveira - Plenamente. Isso é uma das coisas que têm me surpreendido em relação ao sociólogo que eu conheci. Essa arrogância, essa prepotência não era um dado da personalidade dele que eu conhecesse. Isso para mim é novo, surpreendente e decepcionante.

Adusp - **Ele não admite oposição, não admite organização para debater as grandes questões nacionais.**

Chico de Oliveira - A mesma coisa que os militares diziam.

Adusp - **O senhor está associando o autoritarismo de Fernando Henrique ao dos militares que governaram o país recentemente?**

Chico de Oliveira - As pessoas eram torturadas, expulsas do país, levadas à morte porque não concordavam com o que os militares pensavam do país. No limite, o senhor Fernando Henrique está fazendo a mesma coisa. Ele não está matando do ponto de vista físico, mas está matando a discussão, o dissenso, aqueles que divergem. Está matando mentalmente este país. Isto é um crime tão miserável quanto a morte física.

Adusp - **Aparentemente a mídia já se deu conta disso. A Folha de S. Paulo vem atribuindo o adjetivo fisiológico ao governo dele e até o Jornal Nacional, em editorial, insinua leves críticas ao presidente. É possível que, para a mídia, aquele charme inicial de se ver um intelectual na presidência tenha acabado?**

Chico de Oliveira - Está acabando, inegavelmente, porque as pessoas perceberam que ele faz política como outro qualquer. Aquele charme de um sociólogo que dá resposta para tudo e, numa entrevista, fala três línguas, está acabando. Os jornalistas, que são facilmente encantáveis, estão percebendo que aquilo tudo que ele faz é jogo de cena, como qualquer político faz. Não sei se isso corresponde a uma passagem para uma discreta oposição ou se é apenas constatação mesmo. Por outro lado, penso que os jornais se deram conta de que é melhor tratá-lo igual aos outros do que destacá-lo como diferente. No momento em que a imprensa o tratava como um político não tradicional, acabava por imunizá-lo de qualquer ataque que ela viesse a fazer. Agora, talvez seja promissora-mente um começo de oposição discreta ao governo Fernando Henrique. Digo discreta porque não será nunca

oposição. Não imagino o *Estado de S. Paulo* ou a *Folha de S. Paulo* fazendo oposição, muito menos do ponto de vista partidário. Além do que, eles não correrão o risco de, pela segunda vez, ajudar a derrubar um presidente desse tipo. Toda a burguesia está muito atenta a isso, e é por isso que o Fernando Henrique se livrou do Sivam e da CPI dos bancos. Portanto, pensam: "Vamos tolerar o Fernando Henrique já reduzido à suas devidas proporções, tratando-o como um político

qualquer". Não passarão à oposição porque não têm motivos, ele não atingiu os interesses de nenhum jornal. Por mais que a *Folha* pense que tem o rabo preso com o leitor, ela tem, como o Gianotti disse, o rabo preso com o capital. E o Estadão ainda mais.

Adusp - **Até porque são empresas que visam o lucro e não apenas a difusão de informações.**

Chico de Oliveira - Claro, eles difundem informação porque é uma mercadoria. Agora, mesmo que seja uma oposição discreta, acho isso promissor em relação àquela adoração e deslumbramento dos primeiros meses de governo.

Adusp - **Quando é que esse governo vai parar de viver de fantasias, de purpurina, com as intermináveis viagens ao exterior, e cair na realidade brasileira, que precisa de soluções para graves problemas sociais, como saúde, educação e tantos outros?**

Chico de Oliveira - Isso só vai ocorrer realmente quando a sociedade se organizar. E é por isso que boa parte do trabalho perverso da mídia é descreditar as organizações. É por isso que a estratégia de Collor, assim como

a de Fernando Henrique, era desacreditar as organizações. A jogada de Fernando Henrique com o Vicentinho era desacreditar a CUT. E conseguiu. Não conseguindo jogar a CUT contra o PT, o governo logrou descaracterizar o Vicentinho. Ele entrou nessa de bobo alegre e sai descaracterizado como liderança séria. O trabalho do governo é dinamitar tudo o que a sociedade civil organizada puder construir. O governo não está preocupado com o equilíbrio entre os partidos que o apóiam e a oposição. Nunca esteve preocupado com essa questão.

Adusp - Mas isso não é reflexo da ilha da fantasia vivida pelo governo?

Chico de Oliveira - Não, isso é reflexo geral da vitória ideológica do capitalismo. Essa ilha da fantasia a que você se refere é geral. Todo mundo vive a fantasia de que nós estamos no plano de ida para o Primeiro Mundo e de que a história do miserável é uma derrota pessoal e não a nossa derrota. Isso está difundido na sociedade, e é por isso que a luta da oposição está cada vez mais difícil.

Adusp - O presidente não demonstra interesse em restabelecer o equilíbrio da oposição.

Chico de Oliveira - Ele se preocupa em fazer algumas jogadas florentinas, do tipo que Tancredo Neves fazia, para demonstrar aos adversários, que ele é daqueles políticos que encostam a espada e torcem. Os exemplos são a nomeação do Weffort para o Ministério da Cultura, como se o Weffort tivesse alguma importância dentro do PT, e depois a nomeação da Irma Passoni para uma assessoria no Ministério das Comunicações. Isso não desmoralizou o Partido dos Trabalhadores em nada. Quem saiu desmoralizado foi o Weffort e a Irma Passoni. Ela não conseguirá mais ne-

nhum voto, a exemplo de outros que abandonaram o barco. Portanto, Fernando Henrique está preocupado em tentar desmoralizar a oposição.


Adusp - Isso explica a apatia que se encontra o Partido dos Trabalhadores, neste momento?

Chico de Oliveira - Vejo que o PT está muito abandonado, não há dúvida. Mas é preciso levar em consideração que não se perdem duas oportunidades, como as de 89 e 94, sem um alto custo. O fato de que a oportunidade esteve muito próxima reflete-se psicologicamente de forma muito danosa; as pessoas começam a achar que não vale mais a pena. Esse comportamento pode ser notado na direção, nos militantes e nos próprios simpatizantes. Agora, há hoje uma dinâmica social conservadora, e isso torna a atuação de qualquer partido de oposição extremamente difícil. Na campanha presidencial de 94 o PT acertou no atacado, dizendo que o plano era recessivo, e é mesmo, e errou no varejo, porque a curto prazo isso não era perceptível. Fica difícil atacar algo que as pessoas acham que estão ganhando. Lutar contra essa ambiência social conservadora é uma tarefa extremamente complicada, e o partido ficou desarmado com isso. Por outro lado, toda mensagem do PT é de difícil aceitação porque é de reforma, e toda reforma mexe com as pessoas e com os interesses. O partido também não está revelando muito talento em mostrar como a saúde, a educação ou o transporte estão sendo degradados. Não consegue passar tudo isso para o simbólico. As pessoas precisam transportar a realidade do sapato furado para a cabeça. E isso o PT não está conseguindo junto à sociedade. Mesmo assim acho que a atual conjuntura está mais uma vez para o Partido dos Trabalhadores.

Adusp - Como a conjuntura pode estar para o PT, se ele está sem ação concreta?

Chico de Oliveira - Está para o PT, agora pode ser que o partido não esteja para ela. Se se olhar objetivamente, todas as coisas em que a crítica do PT é forte estão ocorrendo. Caso a Luiza Erundina não caia na besteira de federalizar a campanha em São Paulo, poderá passar na cara do Maluf tudo que ele não fez, pode mostrar tudo que se deteriorou no governo dele. Agora, se ela federalizar e levar a discussão para o Plano Real, está frita. É nesse sentido que digo que a conjuntura está, novamente, para o Partido dos Trabalhadores.

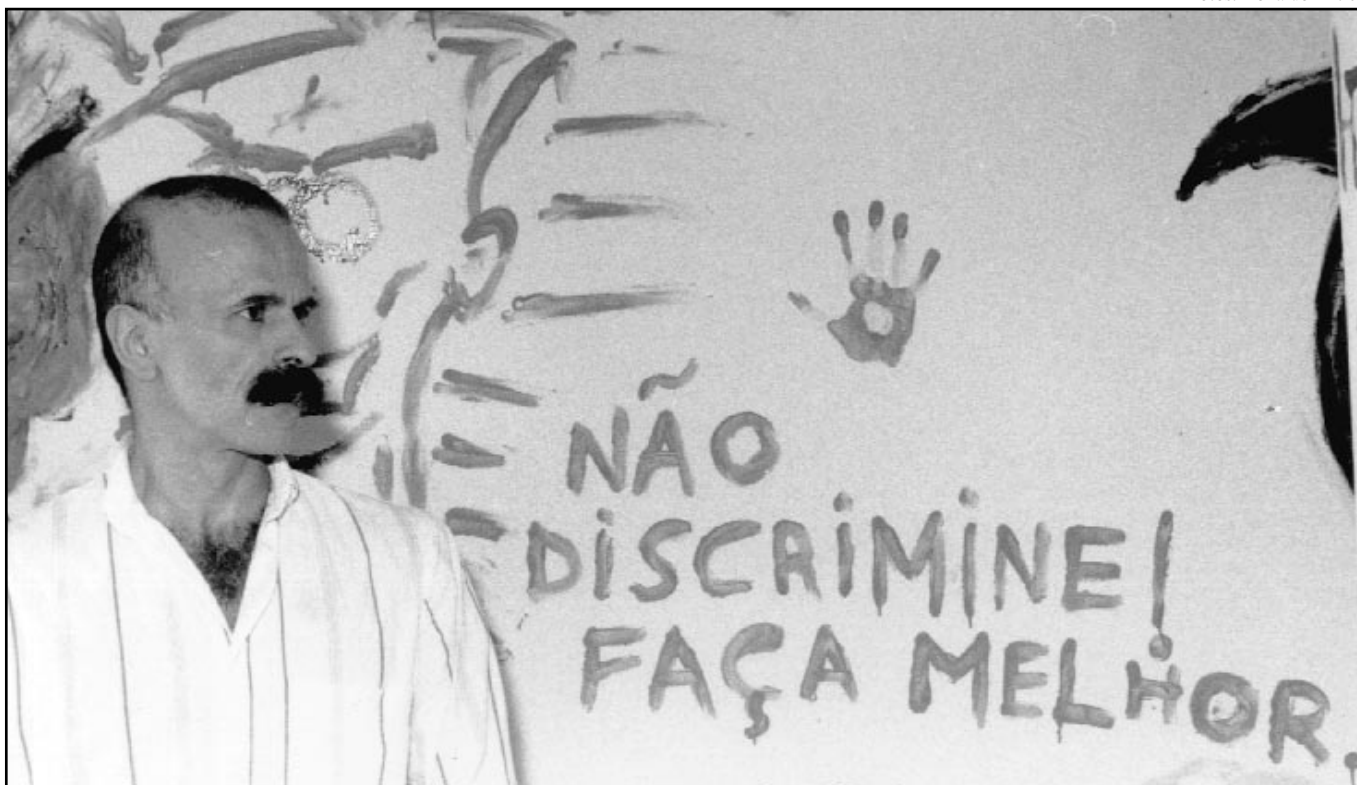
Adusp - Em 94, em artigo publicado na Folha de S. Paulo o senhor afirmava que o PSDB representava uma parcela moderna e progressista do Brasil e que o partido, ao estilo republicano, poderia administrar com seriedade. Após esse período de Fernando Henrique na presidência e as experiências do PSDB em vários governos estaduais, gostaria de saber se o senhor mantém essa frase ou faz reparos?

Chico de Oliveira - Faço reparo sim. Quando escrevi aquele artigo, o PSDB se armava como uma alternativa republicana, já que não era um partido socialista nem social-democrata, como o nome diz. Mais parecia, portanto, um partido republicano no estilo francês; um partido laico e sério no trato da coisa pública. Atualmente eu não reafirmaria isso. Ao fazer precocemente a aliança que fez, sem antes ter a oportunidade de maturar essas características iniciais, acho que ele corrompeu-se no sentido político do termo e no sentido moral também. Quer dizer, as características de laicidade perderam-se no governo Fernando Henrique e, portanto, o partido deixou de ter característica progressista e republicana. 

Depoimento

TER HIV NA USP OU O USO DO HÍFEN NA LÍNGUA PORTUGUESA

Fotos: Ronaldo Entler



*Portador do vírus HIV, o professor **Jorge Beloqui**, do Instituto de Matemática da USP, teve o seu pedido de fornecimento de remédios negado pela reitoria. Um deles, que entrou no mercado norte-americano em novembro do ano passado, custa US\$ 300 e não é distribuído gratuitamente pelo Ministério da Saúde. Um segundo remédio, o Saquinavir, custa US\$ 540. A alegação da reitoria da USP é de que não dispõe, no momento, de recursos e nem de condições para fornecer medicação de manutenção de enfermidades crônicas. Os professores da Matemática encaminharam abaixo-assinado ao reitor Fava de Moraes reiterando o pedido, mas novamente a resposta foi negativa. Diante da postura da reitoria da USP; a Adusp e o professor Beloqui lançaram, dia 23 de abril, a campanha "**HIVIDA - Aids na USP - Em Defesa das Condições de Vida e Trabalho dos Portadores do HIV**". Esta campanha pretende debater propostas que possam ser implantadas pela USP no atendimento dos portadores do vírus.*

Faz uns anos que sei que tenho o HIV. Tomei AZT durante quatro anos e depois ddI por dez meses. Em dezembro de 1995 fiz um exame de CD4. Soube do resultado em janeiro: 340 CD4/mm³. Contagem normal: maior do que 1000. Se você tiver HIV e menos de 500, talvez deva tomar algum remédio como AZT, ddI, ddC, etc. A contagem anterior era 390; logo, o remédio já não estava mais dando o resultado esperado.

Quando voltei de férias, meu médico – eu gosto dele; desde que comecei a me tratar do HIV, é o terceiro – me recomendou voltar ao AZT em combinação com o Epivir, também conhecido como 3TC ou Lamivudine. Eu sabia que o 3TC não era fornecido gratuitamente pelo Ministério da Saúde, como os outros dois. O Hospital do Servidor não fornece estes remédios tampouco. Perguntei como obter.

— Pode-se importar dos EUA. Foi liberado pela FDA em novembro do ano passado. Deve custar uns 300 US\$/mês. E se prepare porque daqui a pouco você pode ter de tomar o Saquinavir, a US\$ 600/mês, disse o médico.

Decidi, então, solicitar, por carta, ao reitor, que a Universidade de São Paulo me pagasse este remédio, e os que viessem no futuro. Explico, agora, o porque de ter tomado esta medida. Conheço várias empresas que têm plano de saúde para seus funcionários e programas de pagamento de remédios, exames etc. Banco do Brasil, Banespa, Souza Cruz, Fundação Cesp, Credicard, Petrobrás, Xerox do Brasil, Vale do Rio Doce, entre outras.

Mandei a carta pelas vias formais: pedi ao meu chefe de departamento para encaminhá-la. Ele, por sua vez, encaminhou para o diretor do Instituto e este para o reitor. Pensei: estou revelando meu *status* de HIV positivo no Instituto de Matemática e Estatística (IME) para algumas pessoas, e para todas as pessoas que lerem esta correspondência. Qual é o problema? A discriminação à qual você se expõe pode vir a ser aparente ou silenciosa. Mas isso não importa, preciso que me paguem esse remédio porque com meu salário não dá.

Solicito ao meu chefe que pergunte se tem algum atendimento para pessoas com HIV na USP. Quem sabe na Coseas, no Hospital Universitário (HU)? Ele averigua. No HU, dizem para ir ao Emílio Ribas, o que significa que no hospital da universidade não existe atendimento, uma vez que o Emílio Ribas nada tem a ver com a USP. A Coseas, por sua vez, não se ocupa mais de saúde.

Em 22 de janeiro deste ano, escrevo ao reitor. Começo a aguardar a resposta.

Enquanto isso, processo emocionalmente a mudança de medicamento: é um cartucho que se queimou, estou precisando de um remédio aprovado três meses antes.

— Poxa, Jorge, penso comigo, você está usando medicamentos da fronteira do conhecimento; quando este falhar, esperemos que você não tenha atravessado a fronteira.

Há algo de luto nesta mudança; preciso sempre de um tempinho mental antes de começar uma nova terapia. Lembro do primeiro AZT (o primeiro AZT a gente nunca esquece, escreveu o Herbert Daniel). Entretanto, continuo fazendo minha ginástica, e me preparando para o começo do semestre.

Decido: vou esperar até o início das aulas para falar com meus colegas do IME sobre meu pedido. Fui para o Rio de Janeiro e desfilei no Carnaval. A minha



escola caiu do primeiro para o segundo grupo. Presságio? Antes da viagem falo com os companheiros da Adusp: seria possível que eles falassem com a Reitoria para saber se tem novidade?

Comecei as aulas; liguei para o gabinete do reitor: “Na próxima semana haverá uma resposta”, dizem do outro lado da linha.

No dia 1º de março vejo no meu escaninho a resposta da Reitoria em envelope aberto. Um mês e uma semana para responder ao pedido de um medicamento.

Enquanto isso, uma amiga de uma ONG – milito em ONGs/AIDS desde agosto de 1989 – me liga e diz:

— Jorge, tenho duas doses de Epivir para você.

— Obrigado, Paula, vou pegar o medicamento.

A resposta da Reitoria vem no sentido oposto: não dispõe de recursos. No futuro vai analisar a complementaridade do SISUSP ao IAMSPE etc. Não é com ela. Diferente dessas empresas que citei.

— Trabalhei 15 anos para a instituição errada?, penso. O que significa “comunidade universitária” neste contexto?

As aulas começam; tenho uma turma de 86 alunos. No semestre passado tinha uma de 75 e outra de 85. Como se vê, meu estado clínico é excelente!

Falo com meus colegas do IME. Inicialmente apenas com alguns. Parece que sou meio brutal.

Chego e digo:

— Luís, tenho HIV, preciso de um remédio chamado 3TC. O Ministério de Saúde paga o AZT mas não este outro. Pedi para a Reitoria. Ela negou. Acho que o IME tem que fazer alguma coisa.

Choque inicial dos meus colegas; mas eles agüentam o tranco e dizem: “Vamos apresentar isto para o Conselho do Departamento”. O Conselho se manifesta por unanimidade no sentido de que: “...a Universidade providencie rapidamente a estrutura necessária para to-

dos os estágios de tratamento dos portadores de HIV”. Em particular “...o imediato fornecimento do medicamento ao professor...”

Há a iniciativa de um abaixo-assinado e a seguir afixo a correspondência com a Reitoria no mural da Adusp. As reações continuam: há choros, abraços, “conte comigo”, “o que precisar”, dificuldade até em me abordar para me dizer todas estas coisas. Reclamação: “Como você não me contou antes?” Eu também tenho dificuldade: me emociono, é muito sentimento de uma vez.

Mas aqui se nota que trabalhei por 15 anos no IME. Um conceito de comunidade universitária diferente: com solidariedade. Obrigado, colegas! Vocês são ótimos!

Aí fico sabendo que teve um funcionário do IME que morreu de AIDS faz dois anos. Como eu não soube? Muitos sabiam que eu participava do trabalho com as ONGs/AIDS. Poderia tê-lo ajudado em alguma coisa. Foi o medo da discriminação, inutilidade de pedir auxílio à USP? A clandestinidade e a discriminação aceleram o curso da doença. Mas para que contar na USP se eles não vão fazer nada?

Vários funcionários e professores da USP têm HIV ou AIDS. Se tratam fora da USP. Outros morreram, como o Jacques no meu Instituto. E sei de outros em outras unidades. Quantos alunos, funcionários e professores devem morrer para que a USP tome alguma providência? “The answer, my friend, is blowing in the wind...”

Em 3 de março começo a tomar o AZT+3TC. Pergunto a Paula:

— Não vou pagar nada por isto?

— Não, Jorge. Estou dando isto para você porque meu amigo não vai usar, diz ela.

— Mas alguma coisa devo pagar, nem que seja US\$ 100.

— Já que você quer saber, ele não precisa mais. Foi desta para melhor, conta minha amiga.

— Então, tá.

Vou no HU, para me certificar das coisas lá. Falo com o clínico que tenho HIV e preciso de 3TC. “O HU não fornece medicamentos”, afirma o clínico. Então quero fazer o exame CD4, digo. “A gente não faz esse exame. Damos guia para retirar medicamento na Secretaria da Saúde”, diz o médico. Poxa, penso, eles não



dão medicamento nem fazem exame. Devem tratar pelo poder da mente.

Escrevo para o diretor do Hospital Universitário: “Vocês querem se livrar dos pacientes com HIV. Não fazem exame nem dão medicamentos. Obviamente o paciente vai preferir ir no hospital que dá os medicamentos ou

no que faz exames para poupar uma viagem. E na hora que ficar doente, nem se fala, a viagem se torna um esforço muito grande. Sugiro formar um Conselho de Usuários constituído pela Adusp, Sintusp, DCE e associações dos moradores dos bairros próximos. Afinal, estes são os destinatários dos serviços, os consumidores.”

A resposta vem rápido. Este é o seu mérito. Fala que AIDS precisa de atendimento especializado etc., e que lá não existe esse atendimento. Respondendo que AIDS é a primeira *causa mortis* em São Paulo na faixa de 25 a 44 anos (dados do SEADE). Merece assistência em qualquer hospital. Sempre o argumento da especialização. Na verdade, quando não quer atender, quando quer mandar para “outro lugar”, quando quer excluir. Se for necessário, aprenda! Pra quê estar numa universidade? Qual é o seu conceito de comunidade universitária?

Leio na *Folha de S. Paulo*, num domingo, que os imigrantes brasileiros ilegais com HIV/AIDS nos Estados Unidos têm um tratamento muito bom: medicação, hospital etc. Só não podem sair do país porque, então, não podem voltar. Mas a saúde é garantida. Penso: imigrante brasileiro ilegal com HIV/AIDS nos EUA tem melhor atendimento do que o que é oferecido a um professor da USP pela USP.

O abaixo-assinado circula entre os professores do IME. Assinam uns 80%. Outros dizem que não vão assinar porque deveria se pedir por todas as doenças crônicas e não só por algumas. Sugiro que


Os imigrantes brasileiros ilegais com HIV/AIDS nos Estados Unidos têm um tratamento muito bom: medicação, hospital etc. Só não podem sair do país porque, então, não podem voltar. Mas a saúde é garantida. Penso: imigrante brasileiro ilegal com HIV/AIDS nos EUA tem melhor atendimento do que o que é oferecido a um professor da USP pela USP.

mandem cartas à Reitoria neste sentido; talvez tenham pensado em alguma coisa ainda melhor para fazer, porque não fazer nada é deixar tudo como está. A conferir: nem todos precisam seguir os mesmos caminhos.

Entretanto, todo o mundo já sabe que tenho HIV. O ambiente matemá-

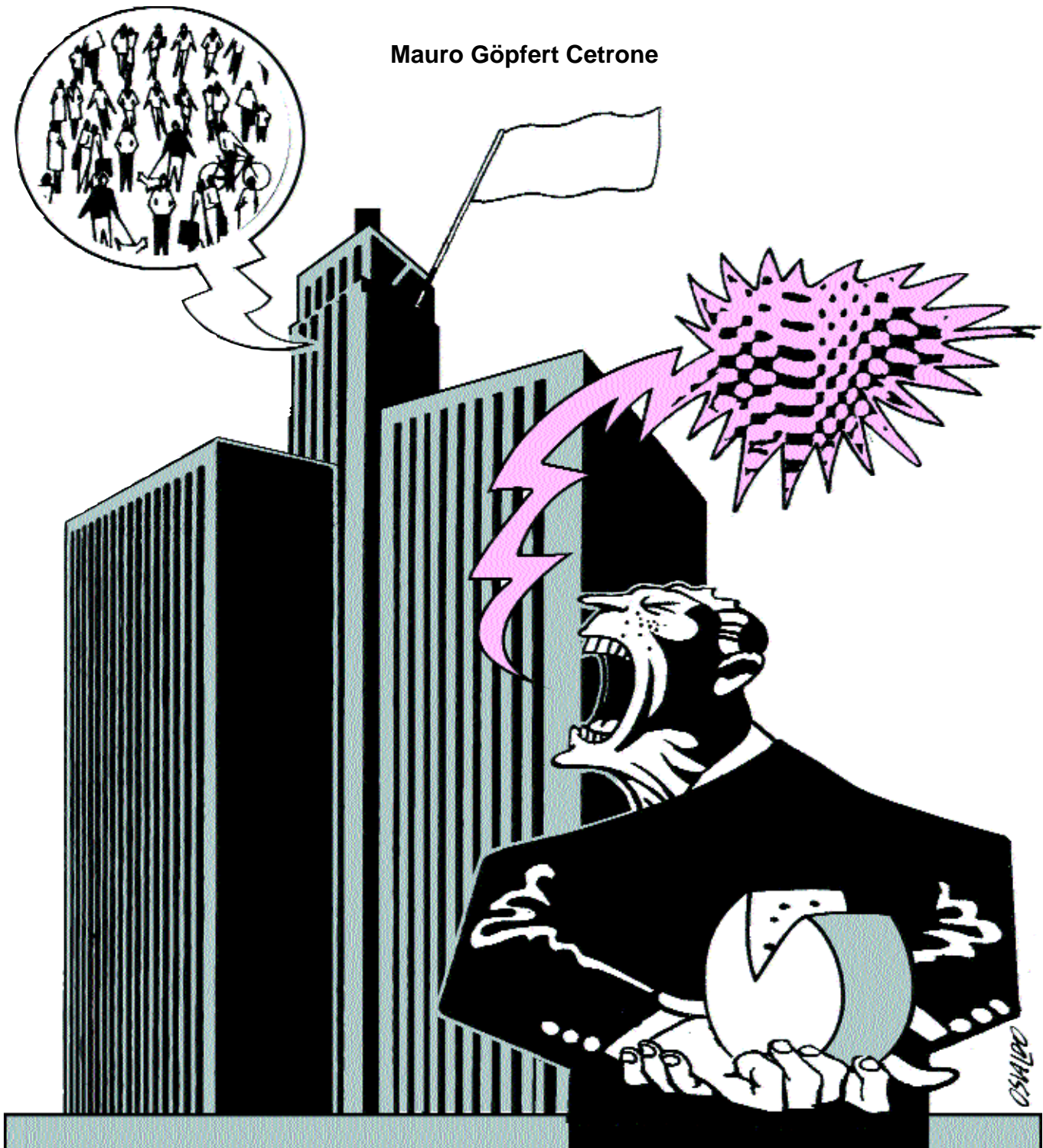
tico do Brasil também. Devo me apressar a escrever para alguns amigos pelo correio eletrônico para que saibam diretamente de mim e não por terceiros. São mensagens duras e cruas, mas é assim mesmo. Ficam esperando notícias para tomar alguma atitude. Mas uns dias depois começam a circular abaixo-assinados no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Obrigada, queridos!

Alguns dizem: “Nós admiramos a sua atitude corajosa e a sua luta política”. Não é tão corajosa. É a única coisa que tinha a fazer. Primeiro fui pelas vias institucionais. Não deu certo. O que sobrava: a clandestinidade? Ela mata. Tendo HIV e menos de 500 CD4; tem de se tratar. Só sobrou falar para os meus colegas. Se eu tivesse conseguido a medicação, não teria falado publicamente que tenho HIV; talvez não agora. Tenho medo da discriminação e não tenho pasta de herói nem de mártir. É claro que há uma luta política, que eu apóio. Sem meu depoimento, se a luta se desenvolvesse em abstrato – “Façamos uma campanha para que as pessoas com HIV/AIDS da USP tenham um bom atendimento” –, seria mais difícil. Esta é minha contribuição para essa luta. O resto é de toda a comunidade universitária – inclusive eu.

Sou ateu; tive uma educação católica. Lembrei do vídeo de uma ONG, a ISER, chamado: “Estive enfermo e fostes ver-me” (Mateus). Soa igual a: “Estive enfermo e fostes verme”. Taí, o uso do hífen na língua portuguesa. 

COTAS PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE

Mauro Göpfert Cetrone



O debate recente sobre a implantação de cotas para negros na USP tem nos dado a oportunidade de constatar que nossos compatriotas brancos e brancóides não parecem dispostos a renunciar à imagem vaidosa, idílica e romântica que construíram de si mesmos, de “sua terra” e das relações de raça que aqui têm lugar, razão por que não são capazes de libertar seu discurso racial de velhos cacóides (que apenas expressam hábitos mentais arraigados), e por que de nenhum modo poderão apoiar nossas reivindicações.

O fato de a argumentação dos detratores das cotas ser inconsistente, capciosa, impertinente ou simplesmente ininteligível não parece ser um bom motivo para impedi-los de imaginar que sua posição se deva à reflexão séria e a motivos honestos - e não, como

parece ser, à cegueira ideológica, interesses mesquinhos, covardia ou apenas preguiça (no caso dos negros), ou simplesmente à solidariedade racial (no caso dos brancos),

De fato, nossos adversários, convencidos de que suas opiniões asininas expressam outra coisa que não o desejo de preservação de odiosos privilégios de castas, animam-se a proclamá-las em público e em voz alta; e têm sido mesmo capazes de fazer com que muitos negros desavisados dêem as costas a seus interesses vitais.

Nas linhas seguintes, expus e refutei alguns pseudo-argumentos que mais freqüentemente se ouvem dos que têm podido participar do esforço ideológico destinado a justificar os atuais critérios de seleção para ingresso nas universidades públicas brasileiras, pelos quais brancos e brancóides têm acesso monopolístico à formação superior.

Os pseudo-argumentos

1º) “As cotas aproveitariam apenas aos negros da classe média, que - acrescentam alguns ‘militantes negros’ - não têm nenhum compromisso com a luta pelo fim da desigualdade racial no país”.

A um interlocutor que empregasse tal argumento deveríamos, de fato, indagar ansiosos qual, afinal, a solução por ele apresentada como alternativa à proposta de cotas, mas que, ao contrário desta, possibilitaria aos negros pobres e paupérrimos acesso em massa às universidades, e num prazo igualmente curto. Talvez suprimindo-se, para os candidatos negros, a exigência de conclusão do 2º grau, ou mesmo do 1º grau! Pois, realmente, para o Estado brasileiro, alfabetizar as gerações de descendentes de escravos jamais constituiu objetivo prioritário e é mesmo surpreendente, e deve-se exclusivamente aos esforços hercúleos de algumas famílias negras, o fato de que

Um episódio kafkiano pelas cotas

Graças ao amigo Paulo Sérgio Pinheiro, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, pude ser solto por volta das 22h. do último domingo de Páscoa, depois de permanecer sob custódia da delegada Cristina Jarmyk por cerca de sete horas. Naquela tarde, não sem protestos de familiares, deixei a troca de ovos e coelhinhos de chocolate pelo que classifiquei, diante da delegada horas depois, de direito de livre expressão de pensamento. Assim fazem os grafiteiros, caras-pintadas, apaixonados incontinentes.

O fato é que fui pego escrevendo com tinta spray num muro em frente à Reitoria da USP a frase que agora consta do boletim de ocorrência: “Fuvest é racista!” Um dos agentes da Guarda Universitária comentou depois comigo que o lapso de tempo entre o final da palavra “racista” e o ponto de exclamação foi o suficiente para eu ser pego. Ou seja, ganhei um processo nas costas por causa de uma exclamação! Não se discuti ainda se a Fuvest, que seleciona 80% de ricos e brancos anualmente para ingressar na USP, é ou não o que a frase diz. Nem se a luta por cotas para negros nos bancos universitários é ou não legítima e se os meios para chegar a seus resultados dispensariam pichações.

A delegada do 93º DP teve de lavrar o flagrante, sob a acusação de “dano ao patrimônio público”. Pensei em argumentar: ve-

jam-se os casos dos computadores e equipamentos comprados de Israel para a USP e Unicamp, do Proer, dos financiamentos aos usineiros e à família Mairink Veiga feitos pelo Banco do Brasil etc., mas desisti: certamente não valeria a pena. Pela lógica do raciocínio proposto pelo Código Penal (Art.163, item III, elaborado pela ditadura militar em 1967), entre uma pichação de muro - que é “dano ao patrimônio público” - e o assalto escandaloso feito diuturnamente contra o Estado pelos poderosos e seus apaniguados não há muita diferença. Senão o fato de que o pichador em questão não tem amigos em palácios.

Sem esses amigos, me restou comunicar à delegada que não faria mal passar a noite na cela. Peremptória e amigável, ela bateu pé firme que “não!”, que eu providenciasse a fiança porque não me queria na cadeia junto com os demais presos. Tenho diploma superior, lhe disse, mas as “celas especiais” - que, segundo ela, nem sempre são tão “especiais” assim - também estão indisponíveis. Ela estipulou a fiança mínima em R\$ 185,32, que eu deveria pagar, assinar umas papeladas e passar a responder o processo em liberdade.

Antes, a delegada ainda tentou um acordo com a Administração da USP, para retirar o flagrante enquanto eu me comprometia a “ressarcir” os “prejuízos” gerados pela pichação. Pelo telefone,

uma parcela - reduzidíssima- de crianças e jovens negros tenha podido ingressar em uma escola e prosseguir em seus estudos; pelo menos até o momento do vestibular...

Com efeito, conquanto esteja evidentemente correta a avaliação segundo a qual a universalização do ensino de 1º e 2º graus constitui condição *sine qua non* da possibilidade de desconcentração racial da riqueza e do poder em nosso país, é fundamental compreender que, no Brasil, a ascensão social dos negros é obstaculizada por barreiras sucessivas - impostas pela sociedade branca e destinadas precisamente a neutralizar os esforços do negro para sair do “seu lugar” -, dentre as quais o vestibular ganha uma importância especial e não apenas simbólica. Constitui a fronteira que separa os trabalhadores subalternizados, mal-remunerados e degradados (moral e fisicamente) pelas condições de trabalho impostas por um capitalismo periférico e dependen-

te, dos prestigiados, bem-remunerados e felizes bacharéis de todo tipo, consumidores entusiasmados das comodidades e distrações oferecidas por uma economia globalizada aos vencedores de todas as latitudes.

Quanto à afirmação de que os negros de classe média, por não estarem suficientemente engajados na luta contra a opressão racial, ou por não professarem ideologias radicais, não devem ter direito de entrar em uma universidade não é suficientemente séria para merecer um comentário mais longo ou mesmo a mínima atenção. E conquanto seja verdadeira a afirmação de que, no Brasil, os negros de classe média sejam medíocres, vaidosos, pernósticos e mesquinhos; e não obstante a inveja, a desconfiança e o ressentimento que os negros da raça nutrem pelos negros bem-sucedidos estejam, portanto, plenamente justificados, e sejam mesmo, em certa medida, saudáveis - constituem um antídoto eficaz contra os

aspirantes a “voz da raça”-, é preciso contudo proclamar, à moda dos fascistas, que, no nosso caso, o ódio recíproco entre as classes só interessa ao inimigo externo.

De fato, casos notórios de minorias raciais que obtiveram êxito em suas lutas por ascensão social - como os negros norte-americanos ou os judeus da diáspora - patenteiam que alianças de classes são absolutamente fundamentais para a criação das oportunidades que tornam possível a uma raça historicamente dominada e/ou subalternizada reivindicar com sucesso uma posição de igualdade com os grupos tradicionalmente dominantes.

2º) “A verdadeira razão da ausência de negros na universidade é a precariedade do ensino público de 1º e 2º graus. A proposta de cotas, agindo unicamente sobre os efeitos finais de um sistema perverso, deixa intactas as estruturas desse mesmo sistema, isto é, não combate as causas verdadeiras da exclusão do negro.”

algum chefe da USP (penso que esfregando as mãos e babando sadicamente) quis saber meu nome e negou qualquer acordo. Fiança estipulada, eu não tinha o dinheiro à mão e, aí, as coisas complicaram - como convém aos processos jurídico-policialescos.

Em vez de um domingo de Páscoa o meu começou a se transformar num domingo de Kafka a partir do momento em que, sob orientação telefônica de advogado, voltei atrás na ideia de dormir na cadeia (já tinha até providenciado junto a um colega da USP que me trouxesse as “Obras Escolhidas” de Gramsci e um exemplar para revisão de minha dissertação de mestrado, “Imprensa e Racismo no Brasil”, cuja defesa se daria dia 15/04).

Na carteira de cédulas, apenas R\$ 25,00 e alguns trocados. Falei em pagar a fiança com cheque, e a delegada “na, na, ni, nã, não”. A lei não permite. Fiança tem de ser paga em dinheiro vivo. Sendo assim, eu teria de ir a um caixa eletrônico com o meu cartão do Banespa. A delegada indicou dois agentes policiais para me transportarem até o quiosque bancário mais próximo.

O que fica dentro da Cidade Universitária estava desativado. No carro, rumamos para a Praça Pan-Americana. Na tela da máquina, a mesma mensagem, que seria lida por nós cinco quiosques percorridos depois: “No momento estamos fora de serviço”. Gentis, os agentes pacientemente me levaram ainda aos quiosques da Teodoro Sampaio, Francisco Morato e, segundo eles, a última esperança, ao Carrefour da Raposo Tavares, que tem um caixa eletrônico de difícil acesso. Os bancos haviam dei-

xado de funcionar na quarta-feira, em nenhum caixa do Banespa tinha dinheiro na noite pascal.

“Infelizmente...”, me disseram os agentes quando lhes pedi que me levasse de volta à delegacia. Mas lá a delegada continuou sem aceitar a minha má sorte e pediu que eu ligasse para os amigos e fizesse uma vaquinha. Tentei alguns: dois deles estavam com o mesmo problema (não tinham moeda em mãos, a fiança não aceita cheques e os caixas eletrônicos estavam sem dinheiro). Outros dois estavam viajando, aproveitando o feriadão. O professor Paulo Sérgio Pinheiro, que não costuma atender chamadas, dessa vez estava em casa, mas também sem dinheiro vivo. Teve de apelar para a esposa para vir me buscar minutos depois, com quatro notas de R\$ 50,00 nas mãos. Dinheiro milagroso este, num domingo em que os computadores bancários estavam em pane.

Resta agora a solidariedade daqueles que não toleram a intolerância dos poderosos encastelados por detrás de leis burocráticas, que só servem a seus interesses. Do contrário, posso ser condenado a até seis meses de detenção - que de forma alguma minha orientadora na ECA aceitará como “atividade programada” para os créditos de que necessito no meu doutorado.

Fernando Conceição, 37, jornalista, doutorando na ECA-USP, membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro da USP e coordenador executivo do Núcleo de Consciência Negra, é autor de “Negritude Favelada” e “Cala a Boca Calabar” (Editora Vozes).

No Brasil tornou-se um hábito, posto a serviço do imobilismo e do *status quo* vigente, descartar medidas praticas, eficazes e de efeito imediato, sob a alegação de que constituem tão-somente paliativos que não nos devem desviar das soluções definitivas.

Gostaria de perguntar a essas pessoas se estão dispostas a entender seu raciocínio à solução de outras questões importantes; e se concordariam por exemplo que se desarmassem (ou mesmo se extinguíssem, as polícias). Com efeito, como sabemos, a criminalidade contemporânea não pode ser combatida por medidas repressivas. Suas “causas verdadeiras” repousam em certas patologias sociais que

acometem a existência dos homens que vivem sob as circunstâncias impostas pela hodierna civilização ocidental; na ansiedade sexual coletiva; no fato de o capitalismo agonizante propor às massas o consumo obsessivo sem ser capaz (sobretudo em sua versão periférica e dependente) de oferecer-lhes os meios correspondentes; no fato de o consumo, por isso, de meio pelo qual se satisfazem necessidades reais, ter-se tornado elemento essencial de construção da identidade pessoal e instrumento pelo qual as classes superiores assinalam sua posição na hierarquia social; etc - ah, sim, também na fome: não tenho a intenção de desgostar nenhum comunista cristão.

Mas nem por isso sentimo-nos agora, armados com esses argumentos tão sutis, retirados de uma refinada análise da realidade contemporânea, no dever de intimar a classe média branca a abrir mão de suas milícias particulares; talvez apenas devêssemos pedir a essas pessoas que não aplaudam demais as chacinas purificadoras.

Na verdade, é quase paradoxal

No Brasil tornou-se um hábito, posto a serviço do imobilismo e do status quo vigente, descartar medidas praticas, eficazes e de efeito imediato, sob a alegação de que constituem tão somente paliativos que não nos devem desviar das soluções definitivas.

que pretendam convencer-nos de que as cotas têm um caráter apenas paliativo, quando a razão por que provocam tanta resistência está precisamente no fato de que são revolucionárias. Com efeito, nas circunstâncias brasileiras, em que a transição do trabalho servil para o trabalho assalariado e livre não se fez acompanhar da dissolução dos elementos da antiga sociedade de castas, continuando o ex-cativo a desempenhar o mesmo papel social dos tempos da escravidão - quando não foi simplesmente reduzido à condição de mendigo pela entrada do trabalhador imigrante -, as cotas equivalem a uma segunda, ou antes, a uma verdadeira abolição.

3º) “As cotas não deram certo nos EUA.”

Realmente, esses críticos não se têm animado a comentar mais detidamente a experiência norte-americana, e talvez se contentem em afirmar que há, ainda, negros muito pobres nos EUA.

Podemos apenas supor que nossos adversários, apoiados em notícias recentes que dão conta do ataque da direita americana aos programas sociais do governo e ao

sistema de cotas para minorias, e da crescente impopularidade, entre a classe media branca, das políticas de ação afirmativa, sintam-se autorizados a proclamar, apressadamente, que as cotas falharam nos EUA.

Ora, o sistema de cotas deu certo nos EUA (deve-se a ele,

em grande medida, a formação de uma classe média negra naquele país), e é precisamente porque deu certo que está sendo atacado. Precisamente porque foi capaz de cumprir o objetivo a que se destinava - isto é, permitir que negros, latinos, mulheres e *gays* pudessem ter acesso a empregos e posições que até então constituíam um privilégio reservado para homens brancos heterossexuais -, o sistema de cotas tem provocado nos EUA reações violentas, que apenas expressam a ira e a frustração dos que viram seus privilégios seculares serem abolidos, e esperneiam para reavê-los.

O que as recentes e iradas reações às políticas de ação afirmativa nos EUA nos ensinam é que, ao

contrário do que se poderia supor, não há políticas sociais redistributivas que não prejudiquem interesses consolidados, e, portanto, não provoquem resistências.

A decisão das elites governamentais norte-americanas de aprovar e implementar os programas de ação afirmativa, na década de 60, deve-se ao fato de que, àquela época, a economia norte-americana, em franco crescimento, tornava possível ampliar as oportunidades educacionais para os negros, destinar-lhes as novas ofertas de emprego geradas pelo crescimento econômico e permitir que aumentassem seu consumo; tudo isso sem que o padrão de vida dos brancos fosse significativamente alterado.

Mas podemos supor (e não penso que isso implique de nossa parte um juízo apressado) que jamais teria ocorrido aos cidadãos brancos norte-americanos a idéia de aproveitar o rápido crescimento da economia para incluir nela os negros não fosse o fato de que estes últimos se tinham, simplesmente, rebelado e ameaçavam conduzir o país à guerra civil. E que teriam preferido, antes, que as indústrias nacionais continuassem a produzir bens para o consumo exclusivo da classe média branca, intensificando, assim, a concentração racial da riqueza naquele país.

As reações crescentes aos gastos sociais das políticas de ação afirmativa nos EUA revelam-nos que a classe média branca norte-americana deu-se conta de que não será mais possível que todos continuem ganhando. De fato, a redução do ritmo do crescimento da economia norte-americana -

processo cujo marco é assinalado pela crise mundial de 1973 - e a perda progressiva da capacidade do capitalismo de gerar emprego (fenômeno que os norte-americanos têm chamado *jobless growth* e que se relaciona à reestruturação das economias nacionais imposta pela globalização) sugerem que o capitalismo americano volta a ser um jogo de soma zero. O que, absolutamente, nada nos diz a respeito de quem serão os vencedores...

Mas esta análise é apenas para justificar por que fiquei surpreso com a declaração que me fez meu amigo Fernando Conceição, de que, no Brasil, as cotas vêm para o bem de todos. Segundo sua análise, assim como nos EUA do pós-guerra as políticas keynesianas de favorecimento dos mais pobres - que culminaram nos anos 60 com as cotas para minorias - significaram a expansão do mercado consumidor e, portanto, ajustaram-se perfeitamente aos interesses do capitalismo americano, no Brasil ocorreria fenômeno análogo, razão por que os “brancos”, e sobretudo suas elites, não se deveriam preocupar.

Na verdade, apenas circunstâncias muito especiais tornaram possível, nos EUA das décadas de 50 e 60, minorar a pobreza dos pobres, sem tornar os ricos menos ricos.

Hoje, nos EUA ou no Brasil, apenas agindo-se como Robin Hood pode-se dar aos pobres o que eles precisam.

E Conceição, a julgar pelo entusiasmo com que defende as reparações, certamente sabe disso.

4º) “A exclusão social do negro brasileiro - que tem na ausência deste grupo étnico das salas de au-

la das universidades apenas um reflexo - é uma das conseqüências da concentração de renda no país. Portanto somente um modelo de desenvolvimento distribuidor de riqueza será capaz de combater as desigualdades raciais.”

Este é um argumento que, com freqüência, podemos ouvir de indivíduos que se autodenominam esquerdistas-brancos ou negros.

Pessoalmente, não considero uma atitude prudente perguntar-lhes sobre este “novo modelo de desenvolvimento econômico”. A menos, é claro, que estejamos preparados para ouvi-los ensinar que, segundo o método dialético aplicado ao conhecimento da história - o materialismo histórico -, o regime de propriedade privada, ao concentrar nas mãos de uma minoria os meios de produção ... etc., etc. E, embora quase nos convençam de que a iminente revolução proletário-camponesa, conseqüência inexorável do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, é a única capaz de pôr fim aos antagonismos de classe, de que o racismo é tão-somente uma expressão, teimamos em pensar que talvez seja possível - enquanto não vem a revolução redentora - tomar algumas medidas práticas para forçar o capitalismo a dividir melhor seus frutos. E pensamos que nossas expectativas não são quiméricas, como nos asseguram os detentores privilegiados das “leis da história”, mas, antes, assentam na experiência recente dos negros - norte americanos e na luta histórica dos trabalhadores nas diversas democracias.

O que devemos compreender é que a quase estrita correlação en-

tre raça e classe no Brasil absolutamente não nos autoriza a supor que à desigualdade racial se reduz a desigualdade de classes. Antes, e pelo contrário, obrigamos a reconhecer que, entre nós, a raça é o fator em torno do qual se organiza a hierarquia social.

5º) “As cotas significam a institucionalização e eternização do racismo.”

Temos boas razões para pensar que as pessoas que empregam este argumento não sabem, exatamente, do que estão falando, por isso seria injusto pedir que se explicassem melhor. Mas podemos suspeitar que são pessoas bem-intencionadas e piedosas, embora confusas.

Certamente, suas impressões sobre as políticas de cotas são um reflexo de um tipo de sensibilidade social autenticamente brasileiro: aquele moldado pela ideologia da democracia racial.

Permanecerá para sempre um feito admirável e merecedor do nosso aplauso o formidável esforço patriótico de construção da ideologia da democracia racial. Brancos e brancóides brasileiros jamais poderão avaliar corretamente o quanto devem ao pernambucano Gilberto Freire.

De fato, quando nos perguntamos como foi possível ao branco brasileiro preservar todos os seus tradicionais privilégios de casta, aos quais se tinha afeiçoado, sem que isto fosse motivo para dores de consciência ou pretexto para motins ou arruaças de negros, podemos vislumbrar uma resposta



unicamente considerando os efeitos medicinais da ideologia da democracia racial.

Pode-se muito facilmente resumir a ideologia da democracia racial: no Brasil, as oportunidades são iguais para todos, independentemente da cor; entre nós, a intensa miscigenação, resultado do temperamento flexível do colonizador português, dificulta ou mesmo impede que se classifiquem as pessoas por raça, razão por que preferimos sentir-nos todos pertencentes a uma “raça morena brasileira”.

Seus efeitos saneadores são evidentes: redime a má-consciência do homem branco e, fundamentalmente, impede que os negros nos reconheçamos enquanto grupo racial, submetido ao jugo de outro grupo racial. Parafraseando Marx, poder-se-ia dizer que a ideologia da democracia racial impede que, no Brasil, o negro em si torne-se negro para si.

“As cotas significam a institucionalização e eternização do racismo.”

Que pode isso significar senão a angústia e a perplexidade do ho-

mem branco brasileiro, que se tinha habituado à imagem cordial que fez de si mesmo, e que gostava de pensar que, neste país, as atitudes discriminatórias constituem casos isolados, jamais característicos da mentalidade nacional?

Como compatibilizar a lição aprendida na escola, de que o Brasil é habitado unicamente por uma bela raça morena de homens gentis, com esta proposta extravagante de que os es-

tudantes nas universidades - ou mesmo os empregados nas empresas - sejam selecionados por critérios raciais?

A ideologia da democracia racial, ao sustentar que no Brasil as práticas racistas têm caráter apenas excepcional, impede que se reconheça que, entre nós, a discriminação racial é, de fato, o elemento central que organiza as relações sociais. E que, portanto, cotas significam a única possibilidade de que haja oportunidades iguais para todos, independentemente de raça.

6º) “Quem são os negros?” Que critérios permitiriam distinguir negros de brancos em um país onde a maioria da população é constituída de mestiços?

Eis aqui um argumento que, não por acaso, é utilizado exclusivamente por brancos e brancóides. Certamente, nós, negros, também discutimos os critérios que permitirão decidir quem deve ter direito às cotas, mas sem nunca considerar que dificuldades eventuais sejam pretexto para declarar a pro-

posta de cotas impraticável!, e constato que, mesmo entre os negros que se declaram contrários aos sistema de cotas, não parece haver um suficientemente desavergonhado para empregar este argumento, de fato, imoral.

A polícia, os selecionadores de candidatos a emprego e os publicitários são apenas alguns exemplos de categorias inteiras que não parecem ter nenhuma dificuldade para distinguir negros de brancos. Poder-se-ia entregar a essas gentes, que por circunstâncias profissionais são diariamente obrigadas a separar as pessoas pela raça – sob pena de não poderem desincumbir-se de suas tarefas –, a responsabilidade de responder à questão: “Quem são os negros?”

7º) “Por que apenas aos negros, e não também a outros grupos étnicos, devem ser destinadas cotas de vagas nas universidades? O que pode impedir descendentes de italianos, judeus ou japoneses de reivindicar o mesmo tratamento?”

A razão por que exclusivamente aos negros e a nenhum outro grupo étnico deve ser concedido acesso especial às universidades (e também às empresas públicas ou privadas, às academias militares, ao Itamarati...) é bem simples de entender: apenas os negros, mestiçados ou não, somos descendentes de escravos, que, por quatro séculos, foram os produtores exclusivos de riqueza no país – riqueza à qual jamais tivemos acesso.

Não tenho a intenção de excitar a imaginação dos leitores destas linhas, mas vamos supor - unicamente para efeito pedagógico - que o movimento abolicionista ti-

vesse fracassado no Brasil. Quero dizer: que aquela conspiração liderada por mulatos e que tinha por objetivo impedir que a libertação dos escravos fosse o resultado da luta dos próprios escravos, isto é, impedir que o negro se tornasse um ator político e um agente histórico não tivesse obtido êxito. Suponhamos, portanto, que a abolição da escravidão, entre nós, houvesse tido a conseqüência de uma insurreição negra vitoriosa; e que os líderes insurretos não se contentassem em abolir o trabalho escravo e desejassem também promover a justiça. Suponhamos ainda que esses líderes fossem as pessoas mais bondosas que Deus jamais tenha feito habitar este mundo, e que, por isso, tivessem decretado uma anistia geral única - condição sob a qual se poderiam evitar execuções coletivas -, mas que também houvessem determinado que as terras deveriam pertencer a quem, alguma vez, nelas houvesse arado e plantado; e os bens móveis ou imóveis aos que, com seu trabalho, os tivessem produzido.

Com que meios poderiam os brancos financiar sua longa viagem de volta?

Não pretendo converter ninguém a uma opinião radical, mas não me posso impedir de perguntar o que os ex-escravos, rebelados - na hipótese fabulosa que estamos considerando -, não poderiam, legitimamente, reivindicar como seu. Que terras, em quatro séculos de escravidão, não foram cultivadas por negros e quais casas não foram construídas por suas mãos.

E que boas razões teria para protestar o poderoso senhor de

engenho - ou mesmo a pobre viúva de condição modesta que tivesse como única fonte de renda um ou dois escravos de aluguel - se o novo poder revolucionário houvesse decretado que os brancos poderiam, sim, abandonar o país, desde que saldassem suas dívidas, para o que, por não terem nada de seu, deveriam prestar serviços à coletividade?

Já podem abandonar este cenário apocalíptico. Não estamos propondo nada semelhante. E pensamos, mesmo, que é um bom preceito jurídico, e muito adequado, a convivência pacífica dos homens, o princípio de que as penas jamais podem exceder a figura do condenado. Não se pode, em nome da justiça, pretender penalizar alguém por um crime cometido por um antepassado seu.

Mas, atenção. Exigir indenização por crimes pretéritos não implica, absolutamente, criminalizar inocentes! Um homem não pode ser penalizado porque seu pai matou outro homem, e morreu por morte natural antes que pudesse ser punido por seu crime. Mas se este crime tornou possível ao assassino apropriar-se de algum bem de sua vítima, e se este bem, depois da morte do assassino, coube ao seu filho, então o filho da vítima pode, sinceramente, reivindicar a posse daquele bem que pertencera a seu pai.

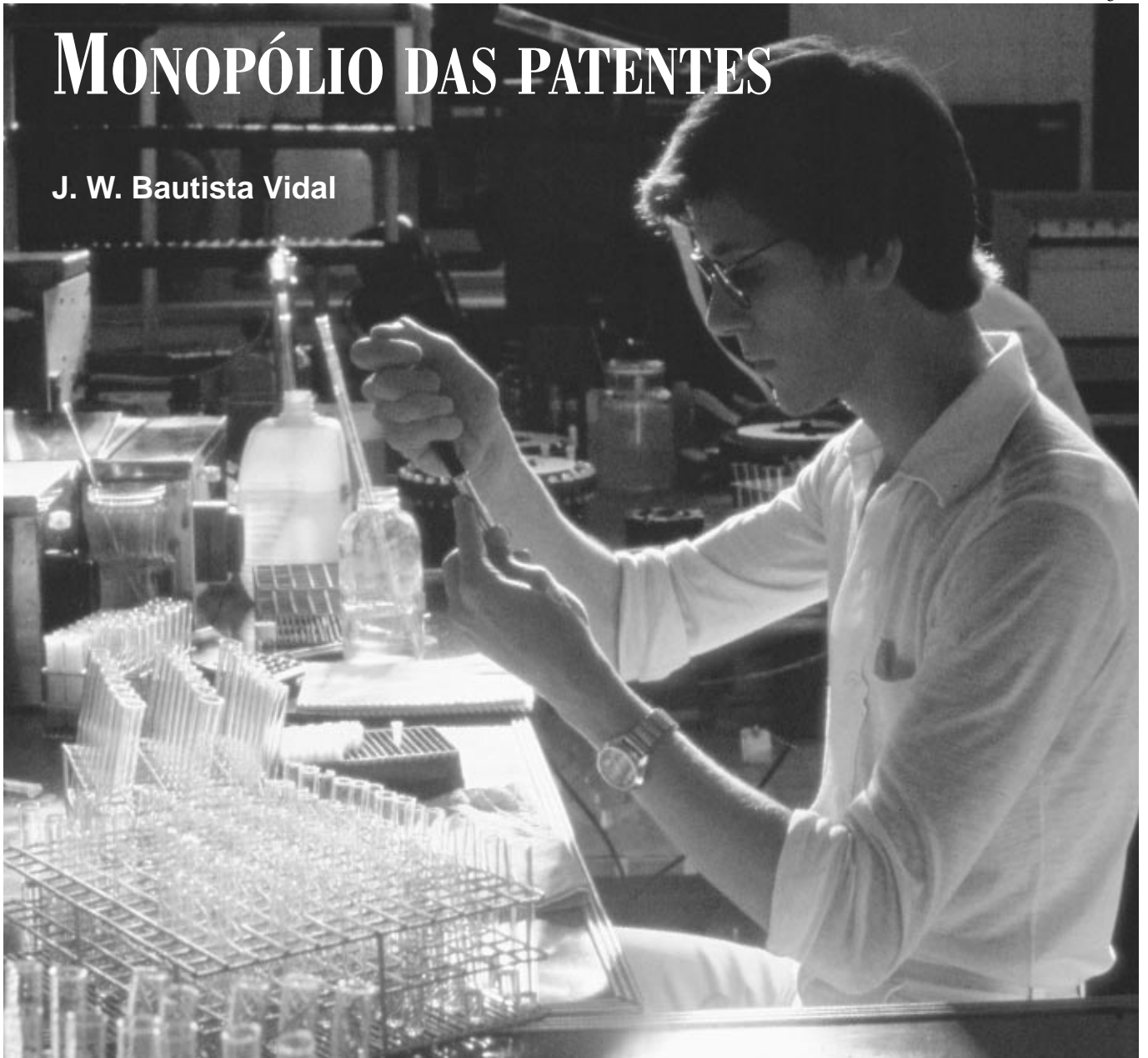
E deverá contar com o socorro dos tribunais de justiça e a simpatia dos homens honestos.

Mauro Göpfert Cetrone é coordenador do Núcleo de Consciência Negra e aluno da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Silvio Ferreira/Abril Imagens

MONOPÓLIO DAS PATENTES

J. W. Bautista Vidal



*“ Que a lucidez e a têmpera se faam
presentes em tempos de solerte
imposiao, rendiao sem pudor e
traiao criminosa.”*

O Brasil esteve entre os dez países fundadores do Sistema Internacional de Patentes, em 1863, nele permanecendo até hoje. Sem tradição secular no domínio técnico-científico-industrial, como a maior parte dos beneficiários desse sistema, não se explicam as razões dessa prematura adesão. Na realidade os marcos iniciais dessas atividades no Brasil somente vieram a ocorrer já avançado o século XX. A Universidade de São Paulo - USP foi criada em 1934 e a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN nos anos 40. Por isso, por mais de um século pagamos elevado preço pelo controle externo dos monopólios das patentes.

Somente em 1971 o Congresso Nacional aprovou um Código da Propriedade Industrial que regulamentou essas concessões, excluindo do sistema os setores químico-farmacêutico e de alimentos, cujos privilégios concentravam-se nos princípios ativos, além de criar perigosa dependência para a vida dos brasileiros.

O Poder Executivo, ainda no governo Collor, enviou ao Congresso projeto de lei que generalizava o monopólio das patentes a todos os setores produtivos, reduzia drasticamente os mecanismos de proteção da sociedade e das empresas não beneficiadas pelo monopólio, concedia privilégios a estrangeiros com efeitos legais retroativos - "pipeline" - e atentava contra a vida concedendo patentes a microorganismos engenheirados.

Como os microorganismos não são objeto de invenções e sim de descobertas na natureza, o seu patenteamento fere o princípio secular de somente conceder patentes a invenções novas, de utilidade produtiva.

A proposta inicial representou assim um claro endurecimento da legislação brasileira em benefício dos detentores dos privilégios. Este espírito não só foi mantido, como acrescido ao longo dos cinco anos em que o projeto de lei está no Congresso. Ademais, nessa nova legislação desaparece praticamente a figura original do inventor ou de qualquer direito do pesquisador-empregado a benefícios do invento patentado. Os direitos são dos empregadores, privados ou estatais, e incluem o período de tempo posterior à desvinculação empregatícia.

O privilégio das patentes corresponde à prática medieval pela qual o Estado concedia monopólio em troca da produção interna de uma invenção nova.

Trata-se portanto da intervenção do Estado na economia, criando custos adicionais para a sociedade em troca de duvidosos benefícios - salvo para os premiados detentores de patentes. Até a condição essencial da produção interna do produto foi retirada do projeto de lei e substituída por importações em regime de monopólio externo.

No caso de países de baixa capacidade tecnológica, esta prática resulta em grandes danos, como o demonstra a experiência secular brasileira, no período entre 1863 e 1971.

Nesses países, o objeto do privilégio recai, em sua quase totalidade, em corporações transnacionais de origem externa.

Nos países industrializados de grande poder tecnológico, as patentes criam internamente privilégio de monopólio para os grupos mais poderosos, além de reservar mercados, também em regime de monopólio, nos demais países; portanto, altamente vantajoso para eles.

Não existe nenhuma evidência real de que os monopólios das patentes estimulem invenções ou promovam o desenvolvimento; pelo contrário, o congelamento que provocam sobre determinado espaço produtivo com proteção não justificada àquela invenção, reservando-lhe o mercado, em regime de monopólio, pelo longo período de 20 anos, impede que outras invenções venham estimular o avanço e o progresso. Na realidade, as graves restrições da reserva de mercado e do monopólio, no nosso caso de controle externo, impedem, por esse período, qualquer perspectiva de evolução tecnológica.

Trata-se, desse modo, de benefícios para uns poucos, em geral corporações transnacionais, resultantes de brutal (no caso dos fracos) intervenção do Estado na economia, com sérias restrições à livre concorrência e ao desenvolvimento tecnológico. Um exemplo disso é um maior avanço daquelas atividades não submetidas a patentes, como as técnicas e métodos cirúrgicos e terapêuticos, por exemplo.

Como afirmado em 1974 pela Corte Suprema dos EUA, no caso entre a Kumanee Oil Co. e a Bicon Co.: "A patente é a negação da livre concorrência". Ademais, pelos custos adicionais que ocasiona para a sociedade e para os consumidores, decorrentes do regime de monopólio, sua prática corresponde à imposição pelo Estado de incalculáveis e arbitrários subsí-

dios, de difícil comprovação, em benefício de privilegiados produtores que, no caso do Brasil, são, em sua quase totalidade, estrangeiros.

No projeto de lei de patentes, em fase final de aprovação em abril de 1996 na Câmara dos Deputados, após sua aprovação no Senado, o Estado, ao fazer valer sua intervenção, penal, no qual o ônus da prova cabe ao suposto infrator.

Evidentemente, subsídios e privilégios dessa natureza distorcem a economia, criando odiosos monopólios privados, na prática, em benefício de interesses externos, resultado, do ponto de vista ideológico, de um planejamento central do Estado, porém sem centro e sem plano - ao arbítrio de corporações premiadas, baseado na suposta vantagem de um instantâneo conhecimento inovador.

Pelas circunstâncias práticas de nossa realidade atual, após longo período de recessão e de políticas econômicas que a promovem, as patentes privilegiam um restrito clube, do qual estão excluídas as empresas de capital nacional.

Trata-se desse modo de enérgica intervenção do Estado que objetiva entregar setores inteiros de nossa economia ao controle externo, especialmente aqueles que envolvem a segurança de vida dos cidadãos, como o farmacêutico e o alimentar; ademais, pelo patenteamento de microorganismos, essa entrega estender-se-á a setores potencialmente estratégicos de peso mundial, como o energético da biomassa, único caminho universal para a substituição do petróleo, em exaustão no planeta, e dezenas de outros.

Como a patente cria reserva de mercado monopólica durante vinte anos, no nosso caso de controle externo, fica sem objetivo o esforço tecnológico nacional, posto que o mercado a que se destina estará reservado para os que detêm concessões de patentes. Como justificar então inversões que podem exigir milhões de dólares para um desenvolvimento que tem seu uso bloqueado em favor de corporações externas?

No caso específico da indústria farmacêutica, pode representar a destruição das poucas de capital nacional que sobraram, além da estagnação tecnológica que isso implica. As dificuldades que lhe foram impostas até aqui já fizeram grande estrago. Das seis indústrias de capital nacional de antibióticos implantadas nos anos 70, somente sobrou uma. A nova lei, sem dúvida, promoverá a erradicação dessa atividade essencial para a vida dos brasileiros, salvo evidentemente aquelas empresas que sejam toleradas pelos grupos transnacionais ou seus agentes.

Com a saturação da química de síntese, a indústria farmacêutica internacional caminha na direção dos

medicamentos e fármacos de origem natural, cujo patrimônio genético básico encontra-se nos trópicos - cerca de 90%, conforme avaliação de órgão especializado do Conselho de Ministros da União Européia. A patente dos microorganismos visa indiretamente apoderar-se de modo gratuito desse incalculável patrimônio, em regime de monopólio.

Segundo Noam Chomsky, professor do MIT, organismo de comércio internacional da Casa Branca, essa legislação de patentes, uma vez aprovada, implicará um aumento do fluxo de recursos financeiros do Sul para o Norte (EUA) da assustadora ordem de 61 bilhões de dólares por ano, o que, necessariamente, irá acarretar a trágica elevação da miséria no País.

Não é necessário detalhar a natureza dos efeitos negativos que a patente das sementes irá provocar na agricultura brasileira, setor importantíssimo da nossa economia; ao contrário do setor industrial, a agricultura está ainda em grande parte em mãos de brasileiros. Com essa legislação, o seu controle passará às mãos de umas poucas corporações transnacionais de sementes, agrotóxicos e fertilizante e, evidentemente, acentuar-se-á a dependência que tem de banqueiros e agiotas. As indústrias de álcool, de queijos, de pães, etc., entrarão em fase de grande

Essa legislação de patentes, uma vez aprovada, implicará um aumento do fluxo de recursos financeiros do Sul para o Norte (EUA) da assustadora ordem de 61 bilhões de dólares por ano.

vulnerabilidade com a patente de microorganismos.

Os danos dessa legislação para o País são ilimitados, ainda que seja difícil avaliar com antecipação a verdadeira dimensão dos estragos por vir. Um verdadeiro suicídio!

Cerca de 300 instituições universitárias, estudantis, de profissionais liberais, de trabalhadores e associações de indústrias nacionais agregaram-se no Fórum para a Liberdade do Uso do Conhecimento com o objetivo precípua de combater os inúmeros aspectos negativos dessa nova lei.

A Igreja Católica, por meio de suas mais altas hierarquias, tem rejeitado energicamente o patenteamento da vida, e a última encíclica papal, “*Evangelicum vitae geneticae*”, reage aos “maquiavélicos efeitos da engenharia genética” e da “cultura da morte”.

O Parlamento Europeu, após cinco anos de debates, recusou pela diferença de 80 votos a patente sobre a vida. A Suprema Corte da Alemanha opôs-se também a tal despropósito.

Tais são as resistências mundiais ao patenteamento da vida que o próprio Congresso americano condicionou a aprovação da Rodada Uruguai do GATT, que criou a Organização Mundial do Comércio e as novas leis de propriedade intelectual, ao acompanhamento de uma junta de magistrados. Se em três ocasiões, a critério da junta, os interesses norte-americanos forem prejudicados, os EUA retiram-se da Organização.

Tais são as suspeitas e intranqüilidades que o patenteamento da vida vem provocando, que a própria Organização Mundial do Comércio já admite a revisão desse tema num prazo de quatro anos. Como admitir então a aprovação de uma lei quando seus próprios proponentes já admitem sua revisão em curto prazo?

Conforme informa a revista científica *Nature*, em seu número de abril de 1996, entre os anos 1981 e 1995 foram concedidas em todo o mundo 1175 paten-

tes para seqüências de DNA humano. Cada uma delas relativa a um pedaço do código biológico de um ser humano. Três quartos delas foram concedidas a empresas privadas, sendo metade japonesas e as restantes divididas entre norte-americanas e européias. Aquelas patentes concedidas a instituições públicas estão nos EUA. Dentro do quadro ético das grandes religiões, é muito difícil saber aonde querem chegar certos Estados com o patenteamento da vida, o que implica a mercantilização da vida em regime de monopólio, como são de sua natureza as patentes.

“Corporações transnacionais da área farmacêutica estão recorrendo a bancos de cultura de microorga-

nismos para patentear aqueles que oferecem potencial comercial. No American Type Culture Collection (-ATCC), no qual estão registrados (1994) 258 microorganismos isolados no Brasil, 15 deles aparecem já patenteados, conforme a Fundação Internacional para o Avanço Rural, instituição canadense, a saber: Patente de J. C. Burton nº 33.845; Patente nº 31.351 da Dow Chemical, produz enzima

que ajuda na quebra da molécula de glicose; Patentes nº 15.422, 31.906 e 21.393 de Bristol Laboratory, Warner-Lambert/Parke Davis e Lapetit Lab., utilizadas respectivamente na produção de antibióticos; Patente nº 76.735 de Kaken Pharmaceuticals, utilizadas na produção de substâncias antitumorais, etc. Evidentemente, trata-se de usurpação de nossas matrizes biológicas, impondo criminoso monopólio sobre microorganismos que fazem parte da biodiversidade do planeta e cuja apropriação é crime de lesa humanidade, em afronta direta ao Tratado de Biodiversidade, aprovado por todos os chefes de Estado e de governo presentes à ECO-92, com exceção do presidente George Bush, dos EUA.” (Bautista Vidal, J. W., *O esfacelamento da nação*, Vozes, 1994).

No regime de monopólio privado, preços e lucros potenciais não mais dependem de fatores de produção, de custos e riscos, mas do poder de arbítrio do

No regime de monopólio privado, preços e lucros potenciais não mais dependem de fatores de produção, de custos e riscos, mas do poder de arbítrio do detentor do monopólio.

A afirmação que o arbítrio nos preços decorrente do monopólio permite ao beneficiado cobrir os custos tecnológicos da inovação é falsa. Nada impede que esses custos sejam justamente cobertos pelos preços de uma saudável livre concorrência.

detentor do monopólio. As conseqüências dessa lógica não são de difícil previsão. Não é por acaso que em sociedades ricas, como os EUA, o regime de monopólio decorrente das patentes vem subtraindo parcelas crescentes da população do uso de medicamentos - cerca de 30% - e levando setores inteiros da economia à inviabilidade, como o agrícola devido à patente de sementes.

A afirmação de que o arbítrio nos preços decorrente do monopólio permite ao beneficiário cobrir os custos tecnológicos da inovação é falsa. Nada impede que esses custos sejam justamente cobertos pelos preços de uma saudável livre concorrência. Isso é verdade em todos os outros setores da produção em que não existe patente do produto final - inclusive setores de alta competitividade e de rápida obsolescência tecnológica, como os setores aeronáutico e eletrônico, por exemplo. Por que não é possível, então, a mesma saudável dinâmica do setor farmacêutico? Por que para este privilegiado setor é necessário o monopólio? Evidentemente, por tratar-se de produtos dos quais depende a vida das pessoas, o seu controle monopólico tem outras implicações muito mais graves, como o fato de poderem ser usados como armas de guerra. Qual é o país que pode resistir algumas semanas com falta de insulina, por exemplo? Foi o que aconteceu com a Argentina na Guerra das Malvinas: antibióticos e insulina foram usados como arma.

Todos os ressarcimentos justos que decorrem de investimentos tecnológicos, bem como a garantia do sigilo dos conhecimentos inovadores envolvidos na produção, são normalmente objeto de cláusulas contratuais universalmente adotadas nos contratos de uso de pacotes tecnológicos. Para que então a necessidade do monopólio e da reserva de mercado impostos pelas patentes, em indevida intervenção estatal? Evidentemente é para fugir da livre concorrência o Estado impondo à sociedade e ao cidadão um absurdo monopólio privado e tudo o que ele implica. Ade-

mais, visa também impedir que os países não hegemônicos, especialmente aqueles com grandes mercados potenciais, possam desenvolver-se e, um dia, ganhar a indispensável autonomia tecnológica nesse crucial setor que envolve a vida de seus cidadãos.

Se existem portanto cláusulas de sigilo tão rigorosamente especificadas nos contratos de uso tecnológico, como falar-se então em pirataria? Por que a pirataria é exclusiva do setor farmacêutico? Ou estão exaltando e promovendo, pelo poder de intervenção do Estado, um absurdo sistema econômico constituído exclusivamente de monopólios privados? Nesse sistema, qualquer concorrente potencial passa a ser, por definição, um pirata... Por que a pirataria é restrita aos nacionais, envolvendo coação do exterior sobre o Estado nacional? Por que empresas que cumprem as leis do país, e que seguem as regras internacionais na área de patentes, são pública e impune-mente acusadas de piratas? Circunstâncias de similar gravidade levaram o Congresso argentino a considerar o embaixador norte-americano *persona non grata* por ter emitido esse tipo de falso e irresponsável julgamento sobre a legislação daquele país. O que se poderia dizer da intenção formalizada de apoderar-se, a troco de nada, de nosso portentoso patrimônio genético? Classificar essa operação de banditismo e real pirataria seria o mínimo. O que é de lamentar, posto que fruto de traição, é que esse projeto de lei é imposto pelo Executivo por meio de pressões de toda ordem e é aceito por um Congresso venal, que não representa os interesses mais cruciais da sociedade brasileira. Ademais, é um atentado à vida, ainda considerada sagrada pelo espírito religioso de nosso povo e uma profunda ilegitimidade legal. Sem dúvida inconstitucional e criminosa, no que compromete também o Poder Judiciário.

O Acordo de Paris, e todos seus ajustes posteriores, garantiram aos países o direito soberano de escolher os setores em que se concederia o privilégio das

patentes. Talvez por isso o sistema tenha durado tanto. Como então classificar de piratas aqueles países que não reconhecem patentes em determinados setores? Cada um, naturalmente, ajusta a lei de patentes a suas necessidades e interesses. Japão, Suíça e Itália, por exemplo, só adotaram patentes farmacêuticas já avançada a década de 70, mais de um século após a criação desse sistema internacional; o Japão, quando as indústrias japonesas já supriam 80% da demanda nacional, e a Suíça, quando ocupava a posição privilegiada de terceira potência farmacêutica mundial. Como é possível, por isso, acusá-los de praticarem pirataria! Valesse esse critério, poder-se-ia acusar os EUA

de serem uma nação pirata durante todo o século XIX. Só quando suas indústrias se desenvolveram e eles se tornaram importantes exportadores, passaram a interessar-se por uma rigorosa lei de proteção de sua criatividade e de eliminação da concorrência externa. A Itália e a Espanha, por exemplo, embora representem situações muito distintas daquelas brasileiras, passaram a adotar

patentes farmacêuticas dentro de uma ampla negociação de benefícios compensatórios correspondentes a suas respectivas entradas na ex-Comunidade Européia, hoje União Européia. A China e a Índia, com políticas nacionais consistentes de defesa de seus legítimos interesses, resistem bravamente, criando meios de defesa impensáveis pelos legislativos brasileiros.

A queixa das corporações farmacêuticas norte-americanas de que perdem dinheiro naqueles países onde não podem gozar do privilégio do monopólio para seus produtos e processos também não é verdadeira. Não se pode perder o que não se tem. Na pior das hipóteses, deixam de ganhar o que não lhes é legalmente devido. Na realidade, queixam-se de não

deter o monopólio por concessão de Estado interventor que elimine qualquer tipo de competição e lhes garanta polpidos subsídios e poder de arbítrio inaceitável. Para conquistar a privilegiada situação, queixam-se de fantásticas falsas perdas, que a imprensa venal brasileira divulga como verdades, enganando a população.

A indústria farmacêutica de capital nacional desenvolveu-se e dominou 85% de nosso mercado até a Segunda Guerra Mundial, exportando vacinas e medicamentos para os EUA e a Europa. Nossas indústrias, todas privadas, dispunham de centros de desenvolvimento tecnológico próprios, como Vital

Egberto Nogueira/Abril Imagens



Brasil e outros. Com o modelo de crescimento econômico depende das políticas de atração do capital estrangeiro, as indústrias brasileiras foram inicialmente inviabilizadas e depois compradas por corporações estrangeiras, como descreve o relatório preparado pelo senador Frank Church, do Congresso dos EUA, sobre o papel dessas corporações norte-americanas no Brasil e no

México. Hoje, a participação dessas empresas de capital nacional mal alcança 13 do mercado de medicamentos e é quase zero no dos fármacos. Quem, de fato, está exercendo pirataria no mercado brasileiro de remédios? Com a nova lei de patentes, nem essas sobreviverão! Nessas condições, resta questionar duramente o papel do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) como interventor contrário aos interesses nacionais.

Nos países industrializados, as licenças de exclusividade das patentes, concedidas por outras razões, e as dinâmicas de fixação de preços não resultam, como vimos, do livre mercado, mas das expectativas dos protegidos pelo monopólio. As conseqüências

negativas dessa concessão do Estado no que se refere aos preços ao consumidor poderia ser contraposta com uma regulação dos mesmos. Os EUA, por exemplo, que mantêm um rigoroso sistema de patentes e, ao contrário da maioria dos países do ocidente, não exercem controle sobre os preços, têm o mais elevado custo farmacêutico para a população que qualquer outro país na história. Hoje, 30% da população americana não têm acesso a medicamentos.

As patentes vêm a se constituir, portanto, nestes casos, em abusivo sistema de privilégios, mantidos pelo Estado, em garantia da falta de desejo das corporações farmacêuticas de competirem livremente, aumentando continuamente seu poder, por meio de vasto subsídio retirado indiscriminadamente da sociedade, graças ao regime de monopólio. Os cursos potenciais de um sistema de patentes sem restrições são portanto uma ameaça à sociedade.

As conseqüências de tudo isto são, como vimos, ainda mais graves no caso brasileiro, porque em sua quase totalidade o Estado privilegia interesses externos ao País. A patente estrangeira extensiva e indiscriminada é insuportável para a estrutura produtiva e para a nação. Nenhuma sociedade resiste por longo prazo a tal vulnerabilidade.

“Enquanto o sistema de patentes tem deformado seriamente o mercado farmacêutico dos EUA - diz Michael Davis, professor de direito da Universidade Estadual de Cleveland -, a aplicação de uma forte proteção patentária em países menos desenvolvidos resultará em desastre.” E acrescenta: “Aqueles países que adotarem as políticas de patentes dos mais desenvolvidos podem ter a certeza de que sairão perdendo, em todos os sentidos”.

Assim, a adoção de regras internacionais de padronização ou, como são chamadas, de “harmonização”, como as do Acordo TRIPS da Rodada Uruguai do GATT, que criou a Organização Mundial de Comércio, conduzirão necessariamente ao congelamento do atual desequilíbrio mundial entre as nações hegemônicas e as periféricas, retirando destas últimas a possibilidade de defesa pela concentração monopólica do saber mundial nas primeiras. “Harmonização”, no caso, serve como designação dessa operação impositiva, subjugatória. Quando um país mais desen-

volvido insiste em que suas leis de propriedade industrial - que são apropriadas apenas para um elevado nível de desenvolvimento industrial - são adequadas para países menos desenvolvidos, o que está desejando não é outra coisa senão subjugá-los a uma forma sofisticada de imperialismo, como esclarece o professor Michael Davis.

Na medida em que a produção da riqueza mundial depende cada vez mais do trabalho intelectual, o controle do que resulta desse poder torna-se o grande instrumento de dominação.

A lei das patentes é a institucionalização do processo que congela o *status quo* do desequilíbrio de poder atual, que se acentua por falta de instrumentos de resistência. Corresponde em seus efeitos, para o futuro, ao papel que teve o Tratado de Methuen, em 1703, imposto pela Inglaterra a Portugal, e que nos afastou da Primeira e da Segunda Revolução Industrial e nos transformou em colônia de uma colônia.

O referido projeto de lei, já aprovado pelo Senado de modo vergonhoso, encontra-se nesta data de volta à Câmara dos Deputados para ser votado em regime de urgência urgentíssima.

Esperamos que, assim como até aqui um dedicado grupo de brasileiros conseguiu retardar por cinco anos a aprovação desse projeto, apesar de compromissos de pronta aprovação, assumidos pelo então presidente Collor com o presidente Bush, ainda antes de assumir a presidência da República, essa resistência, associada sempre ao debate sério e digno de brasileiros com compromissos com seus filhos e com o País, venha a impedir que tal crime de “lesa humanidade” seja consumado.

Os docentes da Universidade de São Paulo e das demais universidades brasileira têm, certamente, nesse esforço de dignidade profissional, um papel importantíssimo a desempenhar.

J. W. Bautista Vidal foi secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, e professor da Universidade de Brasília.

Para maior aprofundamento de inúmeros aspectos da vida nacional, impossíveis de abordar neste ensaio, relacionados com a famigerada “lei das patentes”, recomendo a leitura do capítulo III do nosso livro *O Esfacelamento da Nação*, Editora Vozes, de dezembro de 1994, sob o título “Lei das Patentes: A chantagem do século”, da página 151 à 216.

AVALIAR PARA CRESCER

Glaci T. Zancan



As nossas universidades são jovens, a mais antiga é a do Paraná, fundada em 1912. A tradição de associar ensino com a pesquisa é ainda mais jovem, pois nasceu com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1934. A formação de docentes profissionais só começou há trinta anos com a implantação da pós-graduação. Quando se analisa o crescimento científico brasileiro nestes últimos trinta anos, o

entusiasmo faz com que se comparem as nossas instituições com as européias e americanas, esquecendo a diferença em tempo percorrido. Sem dúvida alguma o esforço feito pela geração que iniciou a pós-graduação é significativo e importante. No entanto, com exceção das universidades paulistas em que há uma política clara de qualificação docente, nas demais instituições públicas os docentes envolvidos em pesquisas são minoria. As instituições privadas, com algumas poucas e honrosas exceções, ainda

não têm grupos dedicados à geração de conhecimento. A luta para manter um grupo ativo de pesquisa é dura, requer muito mais que a simples competência científica, especificamente fora de São Paulo. Muitos e muitos jovens doutores se desesperam ao não ver seus sonhos realizados. Não só por falta de uma política interna nas universidades, como pela falta de investimento no sistema federal de ciência e tecnologia. É importante, ao se avaliar a ciência brasileira, que se leve em consideração todos os

parâmetros, especialmente a capacidade de formar da escola.

O uso de dados cientométricos isolados pode levar a um desvirtuamento da realidade. Normalmente, os dados são coletados em bancos especializados como é o caso do Institute for Scientific Information (ISI) ,que selecionam as revistas para indexar. Por outro lado, é bom lembrar que aproximadamente 50% dos trabalhos produzidos no mundo não são citados. Isso não significa que a qualidade desses trabalhos não possa ser equivalente à daqueles citados. Além disso, trabalhos descrevendo técnicas normalmente têm um maior índice de impacto do que os trabalhos conceituais. Por outro lado, os índices de impacto variam com a área do conhecimento, o que de certa maneira dá uma idéia de quais as ciências mais competitivas no momento, haja vista os números da área de imunologia, cujos pesquisadores, no topo, têm um índice de impacto de 400¹. Os dados cientométricos mostram que a ciência brasileira cresceu e representa 0,5% da produção mundial. No entanto, os índices de impacto estão ainda aquém dos parâmetros médios internacionais, mesmo nas

áreas que contam com maior número de pesquisadores. Na realidade, o que se observa é que são impactantes alguns poucos pesquisadores nacionais, cujos índices estão acima da média mundial, mas sem atingir o topo da escala. Usando dados recentemente publicados por Leta & De Meis² sobre os índices de impacto da ciência nacional medidos no período de 1981/1993, podemos fazer algumas comparações (veja quadro).

Das ciências brasileiras, a única que está acima da média mundial é a matemática. Recentemente a *Science*⁴ publicou dados sobre a ciência latino-americana. Lá o que se vê novamente é que os índices de impacto relativo são baixos, confirmando que estamos abaixo da média mundial. No caso da genética e biologia molecular, o nosso índice, em relação ao mundial, é 0,2. Como se vê, a simples análise cientométrica nos faria desesperar. No entanto, é preciso se alegrar com o número de núcleos de pesquisa que o país criou, com o número de jovens que se interessam pela pesquisa. Afinal o Brasil criou o mais amplo programa de pós-graduação dos países do hemisfério sul. Tínhamos, em 1992, cerca

de 17.762 professores trabalhando em 497 cursos de doutorado e 1.012 de mestrado, e formamos 1.504 doutores de 6.841 mestres⁵. É importante que este esforço não se perca e que se amplie o número e a qualidade de nossos núcleos de pesquisa. No momento em que se discute a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual admite professores universitários apenas com o título de especialista (carga horária de 360 horas), é fundamental lutar para que a pós-graduação de qualidade seja mantida. É importante avaliar para que possamos crescer com qualidade e não usar instrumentos de avaliação para marginalizar os centros menores que lutam para sobreviver. Num mundo em que ciência e tecnologia são instrumentos de poder, abrir mão da ampliação do parque instalado é suicídio. Mesmo porque a criatividade é aleatória, e a ciência, como a arte, depende basicamente dela para crescer. É preciso encontrar formas de premiar a competência, melhorar a infra-estrutura das universidades para a pesquisa e deixar que a nossa juventude continue a caminhada para colocar o Brasil no mapa da ciência mundial.

Glaci T. Zancan é professora titular e chefe do Departamento de Bioquímica da UFPR.

| | MUNDO | BRASIL |
|------------------------------|--------------|------------|
| Física | 6,75 | 5,2 |
| Química | 6,47 | 5,3 |
| Matemática | 3,16 | 3,4 |
| Medicina | 7,19 | 5,5 |
| Ciências Biomédicas | 15,18 | 5,4 |
| Ecologia e M.Ambiente | 5,25 | 4,0 |
| Geociências | 6,51 | 6,0 |

Bibliografia

1. ISI, Can't reject these: Immunology's elite *Science Watch* 6 (5) 1-2, 1995.
2. LETA, J & DE MEIS, L. A profile of science in Brazil. *Scientometrics* 35:33-44, 1996.
3. MITOON, S. South African Science Anemic: Serious Action surely advisable. *Science Watch* 6 (3); 1-2, 1995.
4. SCIENCE Science in Latin America. *Science* 267:808, 1995.
5. GUIMARÃES, J. & HUMANN, M.C. Training of human resources in science and technology in Brazil: The importance of a vigorous pos-graduate program and its impact on the development of the country. *Scientometrics*, 34:101-119, 1995.

A MORTE DO CONTRAPODER

Nanci Leonzo

“Il n’ya pas de démocratie effective sans vrai contre-pouvoir critique.”

Pierre Bourdieu, 1993.



A história construída é importante e perigosa. A essa conclusão chegou, após exaustivas pesquisas, o professor Antoon de Baets, do Departamento de História da Universidade de Groningen (Países Baixos), em precioso relatório sobre trezentos e sessenta historiadores perseguidos e censurados, em quase setenta países, no período de 1945 a 1995. Tal documento, destinado, principalmente, a conscientizar nossa comunidade da utilidade de uma ação conjunta com as organizações de direitos humanos no sentido de viabilizar uma postura solidária, mas também preventiva, chega, sem dúvida, em boa hora. Todos sabemos como o esquecimento é algo quase incontrolável. E o nosso passado recente, registrado no trágico *O Livro Negro da USP*,

editado graças ao empenho da Adusp, está aí para provar que colhemos, ainda hoje, os frutos da intolerância política e da tentativa de controle ideológico plantados na ditadura militar. Os tempos são outros, mas as práticas, muito semelhantes...

O relatório de Baets, apresentado, parcialmente, durante o XVIIIth International Congress of Historical Sciences, que se realizou de 27 de agosto a 3 de setembro de 1995, na cidade de Montreal, é dedicado à memória de todos os cidadãos envolvidos de algum modo com o passado e que lutaram pelo direito de escrever, com liberdade e autonomia, a história, algumas vezes colocando em risco a própria vida. Sob essa perspectiva, é plenamente compreensível o uso de uma definição flexível do termo “historiador”, empregado para designar, de um lado, os que atuam no

campo histórico (historiadores, arquivistas, arqueólogos e também estudantes de história) e, de outro, os autores de trabalhos históricos, acadêmicos ou não acadêmicos, independentemente de sua instrução ou profissão (jornalistas, políticos, etc.). Nota-se, assim, que importantes cuidados metodológicos foram tomados para garantir ao texto final um bom índice de confiabilidade, não obstante seu caráter um pouco provisório, pois Baets encontrou muitas dificuldades para comprovar boa parte das informações recolhidas. Todavia, mesmo lidando com o que denominou “provas imperfeitas”, conseguiu agrupar as evidências disponíveis em três categorias: a) informações gerais sobre a censura da história; b) historiadores censurados ou perseguidos dentro do campo histórico; c) historiadores censurados ou perseguidos fora do campo histórico. O resultado foi surpreendente: a repressão configurou-se como algo comum e multifacetado, podendo surgir nos mais diferentes contextos políticos e historiográficos.

Ao discutir as “provas imperfeitas”, Baets nos lega significativas reflexões sobre a natureza e o alcance da censura. Denuncia o fato de que ela toma, reiteradas vezes, o caráter de “tortura menor”, pois acaba impondo restrições às carreiras acadêmicas, restrições estas muitas vezes mantidas em segredo pelas próprias vítimas. O seu desenvolvimento em uma atmosfera sigilosa visa, sobretudo, atingir o âmago do historiador, que passa a se submeter, conscientemente, ao processo de auto censura, talvez mais danoso do que todas as outras formas visíveis de repressão. Sem espaço para contestação, o intelectual, condenado à condição de sujeito passivo, contribui, em minha opinião, para que se consolide, nas mais diferentes esferas decisórias, a “marca degenerescente do compromisso negociado”, do qual nos falou, em primoroso texto, o saudoso Florestan Fernandes.

Mas as pesquisas de Baets têm, como já assinalai, objetivos práticos, que se corporificam através da Network of Concerned Historians (NCH), organização que se apresenta como universal, independente e sem fins lucrativos, onde informação, pesquisa e ação se combinam com o propósito de agilizar, quando necessário, a American Association for the Advancement of Science e a Anistia Internacional. O Grupo de Trabalho que atua na NCH, sob o comando do

próprio Baets, do qual faço parte, entende que, despertando a atenção para os diferentes casos que se configuram como episódios em que ocorreu a violação dos direitos humanos, acaba colaborando para que os censurados ou perseguidos obtenham um pouco de imunidade e proteção. Os poderes constituídos, por sua vez, não vêem com bons olhos a possibilidade de divulgação de atos arbitrários, e nenhum deles, por certo, tende a acentuar os mecanismos repressivos quando ameaçado de uma condenação coletiva fora de suas fronteiras.

Seria ilusório imaginar que estamos hoje livres das diferentes formas de censura no âmbito dos estudos históricos. Há casos recentes em todo o mundo. Os exemplos vão da Guatemala à China; da Bulgária aos Estados Unidos. Na Albânia, por exemplo, segundo informações chegadas, no último mês de março, à sede da Anistia Internacional em Londres e repassadas à NCH, vários cidadãos foram acusados de atividades anticonstitucionais. Elvira Shaplo, historiadora, e Vladinir Qiriaqi, arqueólogo, sofreram ameaças por terem participado da elaboração de um guia turístico de Gjirokast contendo uma fotografia de Enver Hoxha, um nativo da cidade e antigo líder comunista. Quanto ao Brasil, as informações em poder de Baets que cobrem a ditadura militar são reduzidas. Temos o dever de completá-las ou mesmo corrigi-las. O mesmo vale para Portugal. Joaquim Barradas de Carvalho, o historiador que, por anos, permaneceu conosco colaborando com o Departamento de História, era para Baets um nome desconhecido.

A crença na impossibilidade de um retrocesso político parece alimentar o esquecimento e o desinteresse pelo nosso passado recente. O fato é que vivemos desmobilizados, empenhados em combates que dividem o campo científico e alienam a comunidade. Luta-se, na atualidade, apenas por cargos e títulos e não pelo direito de garantir aos insatisfeitos uma vaga nos círculos destinados, teoricamente, à livre discussão dos problemas acadêmicos. É o poder aniquilando, dia-a-dia, o contrapoder crítico. É a universidade se submetendo ao jogo político sustentado pelo “é dando que se recebe”. Os tempos são outros, mas as práticas, muito semelhantes.

Nanci Leonzo é profa. associada - Depto. de História.

Dengue

EM DEBATE O RESSURGIMENTO DA QUESTÃO DA ERRADICAÇÃO DO MOSQUITO TRANSMISSOR

Oscar Cabral/Abril Imagens



*O Aedes aegypti já causou terríveis danos à Nação. No início deste século milhares de pessoas morreram nas avassaladoras epidemias da doença. Atualmente, apesar de não viver situação semelhante à de 90 anos atrás, o Brasil volta a se defrontar com o problema. O governo, através do Ministério da Saúde, admite a possibilidade de uma campanha para erradicar o mosquito. Esta, porém, não é a melhor forma de atuação, na avaliação de **Delsio Natal**, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP. Para ele, um bom sistema de vigilância entomológica, associado às ações eficientes de controle, impedem a propagação do dengue. Cuba enfrentou, em 81, uma epidemia de dengue hemorrágico e, hoje, tem o Aedes aegypti sob controle.*

No final de 1995, participamos, como convidados, do seminário sobre a erradicação do *Aedes aegypti*, mosquito considerado o principal transmissor do dengue em nosso país. O evento ocorreu nas dependências do Ministério da Saúde, onde reuniu-se a comunidade científica com a intenção de debater, criticar e opinar sobre a pertinência da proposta.

Ficamos surpresos ao ver novamente em tela a discussão sobre a erradicação de um mosquito que atualmente espalhou-se, ocupando os centros urbanos da maioria de nossos estados. Há muito essa estratégia foi substituída por controle, o que envolve uma filosofia completamente diferente na maneira de enfrentar do problema.

Historicamente o *Aedes aegypti* já nos causou severos danos como transmissor da febre amarela urbana. É só nos reportarmos ao início do século, quando grassavam epidemias avassaladoras dessa doença, que atingiam grandes centros, como o Rio de Janeiro. Através de organizadas campanhas, coube a Oswaldo Cruz o mérito de ter impedido a morte de milhares de pessoas, dominando a virulenta doença. Não eram campanhas democráticas, pois com frequência violavam a privacidade domiciliar e a cidadania, chegando a provocar revolta popular.

Foi através de majestoso esforço que o serviço nacional de saúde conseguiu erradicar a doença de nossas cidades. O último caso da febre foi registrado em Sena Ma-

dureira, no Acre, em 1942. Mesmo com o desaparecimento do mal nessa forma epidemiológica, o mosquito persistiu, infestando áreas urbanizadas até meados da década de 50, quando a saúde pública, outra vez vitoriosa, conseguiu sua erradicação. Cabe lembrar, referindo-se a mosquitos, que erradicar implica “banir” a espécie de um determinado território, através de ações específicas aplicadas sistematicamente.

Passada a Segunda Guerra Mundial, o mundo viveu um período eufórico com a descoberta da ação inseticida de determinados produtos, quando o DDT despontou como arma primordial contra os insetos. Ao ser rociado em superfícies, como paredes, ficava aderido, e os mosquitos que aí pousavam morriam intoxicados. Nessa época, a malária desapareceu de vários países, sob o efeito das campanhas organizadas de erradicação. É muito lógico que o *Aedes aegypti* tenha sido derrotado, em grande parte, graças à ação dessas armas químicas.

Talvez pela proximidade temporal da Segunda Guerra as campanhas de saúde pública herdaram em muito os ensinamentos dos campos de batalha. Havia um inimigo, o mosquito, o qual deveria ser combatido. Basta lembrar a organização de um serviço de erradicação. Era mantido um “quartel general”, representado pela sede do serviço nacional de saúde. Uma rede de outros “quartéis” espalhava-se por todo o país. Eram organizados verdadeiros comboios de viaturas, destinados a uma fase de ataque das operações. Emprega-

vam bombas de aspersão de inseticidas que poderíamos comparar às metralhadoras. Eram recrutados batalhões de “soldados” que, fardados, cumpriam rigorosamente o que lhes era determinado. As operações eram tipicamente verticais. Submetiam-se às ordens emanadas do poder central.

Traduzida em uma luta que envolvia gastos exorbitantes dos governos, a erradicação era muitas vezes coroada de êxitos decorrentes do elevado grau de organização e do esforço incondicional das equipes.

Mesmo com o desenvolvimento científico-tecnológico, que resultava na reformulação de estratégias introduzidas nas campanhas de erradicação, houve a reação do componente biológico manifesto através da resistência aos inseticidas. Era necessária uma concentração cada vez maior do produto químico para se obter o mesmo nível de mortalidade dos mosquitos. A indústria representada por grupos multinacionais procedentes dos países do norte não perdia tempo, lançando no mercado novos inseticidas, sempre mais caros, mas que também logo perdiam sua eficiência.

Por outro lado, muitos países latino-americanos enfrentavam crises econômicas sucessivas e não podiam mais se dar ao luxo de aplicar vultosas quantias de recursos para manter um “exército” além das forças armadas, para combater um mosquito que aparentemente não representava ameaça alguma, pois a febre amarela urbana já não era mais transmitida, e o dengue ainda não havia chegado.

Em nosso continente, dado o

relaxamento das campanhas de erradicação, vários países que tinham obtido esse êxito voltaram a se infestar com o mosquito. Foi na década de 70 que a reinfestação do território brasileiro se consolidou e a espécie passou a se dispersar definitivamente, ocupando hoje quase todo o país, exceto alguns estados do norte.

À medida que a erradicação não lograva mais êxito, foi se fortalecendo, já no final dos anos 70, a concepção de controle. Essa idéia admite a persistência da população do mosquito em nível reduzido e incompatível com a transmissão da doença. A filosofia do controle não é a de guerra total, mas sim a tolerância. Tem por base, além da luta química em situações específicas, a tomada de medidas integradas que visam eliminar as causas da infestação. Elegem-se áreas prioritárias de maiores riscos, barateando as operações. Torna-se possível o estabelecimento de um sistema de vigilância que se destina a acusar no tempo e no espaço a situação da intervenção.

É interessante verificar que a manutenção do controle seria muito mais barata que a outra estratégia. Em lugar da convocação de um “exército” para borrifar inseticidas no país inteiro, seria necessário um número muito menor de operadores que atuariam somente nas situações de risco. O controle exige, sim, a preparação de um corpo técnico habilitado a lidar diferentemente em distintas situações. Exige o envolvimento de outros setores do governo e da comunidade. Em resumo: quando se fala em controle na guerra contra os

mosquitos, não se desperdiça bala.

Se até a década de 70 o *Aedes aegypti* foi importante por representar risco de reintrodução da febre amarela urbana, no início dos anos 80, o dengue, transmitido pela picada desse mosquito, inicia sua incursão em nosso território, quando irrompe uma epidemia em Boa Vista, Roraima.

A partir de 1986, a doença instala-se definitivamente, começando com uma vasta epidemia no Rio de Janeiro. Atualmente, dengue é doença bem estabelecida, incidindo na maioria dos estados da Federação. Sua expansão foi rápida, alarmante. Atinge de grandes centros a pequenas comunidades. Emerge em favelas, como na Baixada Fluminense, mas não poupa as áreas mais ricas do Estado de São Paulo, como a região de Ribeirão Preto, nossa Califórnia!

Mais um fator de complicação foi acrescido também a partir de 1986. Foi a entrada de outra espécie de mosquito no país: o *Aedes albopictus*. Na época os meios de comunicação anunciaram a chegada do “tigre asiático”. Esse mosquito está se dispersando rapidamente pelo Brasil, já tendo se propagado por vários estados a partir da costa leste. Diferentemente do outro *Aedes*, que é urbano, essa espécie, além de colonizar cidades, invade também o meio rural. Pode desenvolver-se em “recipientes” naturais, como as cavidades ou buracos que se formam em troncos de árvores, onde a água da chuva se acumula. Com capacidade de transmitir os vírus do dengue e outras viroses silvestres, esse mosquito veio incomodar ainda mais nos-

as autoridades sanitárias. Erradicá-lo é tarefa impossível, pois ruralizou-se. Esse comportamento dificulta qualquer tentativa de luta contra a espécie.

Mas o dengue que temos experimentado tem se manifestado predominantemente na sua forma clássica, que é geralmente benigna. A situação se complica diante da invasão de outras cepas dos vírus e do desencadeamento da febre hemorrágica do dengue. A manifestação hemorrágica é grave, exige elevada taxa de internação, provoca sofrimento e morte. Sem dúvida, nosso sistema hospitalar precário não está preparado a dar atendimento, frente ao afluxo simultâneo de pacientes, em períodos de intensa transmissão. Surto e epidemias da forma hemorrágica são cada vez mais comuns nas Américas, não estando isento o Brasil.

É totalmente justificável a preocupação de nossas autoridades sanitárias diante do quadro que progressivamente vem se complicando. Consideramos absolutamente pertinente a reunião de Brasília, comentada na abertura desse artigo, porém, gostaríamos aqui de fazer alguns comentários sobre o evento.

Foi a convite da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical que cerca de cem especialistas ou cientistas deslocaram-se de vários pontos do país para o prédio do Ministério da Saúde, em Brasília. O encontro tinha por título: “Seminário de Erradicação do *Aedes aegypti*: um desafio para as Américas”. Esse debate surgiu como recomendação de uma Comissão

Técnica, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde para estudar o assunto.

O discurso de abertura do senhor Ministro foi sereno, tranqüilo. Durante toda a sua fala, ele transpareceu seriedade, como era de se esperar de sua pessoa. Falou sobre a ameaça que o dengue está representando ao país. Tocou em questões políticas e orçamentárias. Descreveu o quadro nacional da riqueza e da pobreza. Discorreu sobre fatores ambientais e culturais, relacionados à doença em debate. Conclamou a comunidade científica ao desafio para uma luta contra o mosquito. Sua palavra preocupou-nos muito, pois era totalmente voltada ao restabelecimento de uma política de erradicação.

Muitos presentes ilustres falaram. Foi apresentado um quadro do avanço do dengue clássico e hemorrágico no mundo, nas Américas e no Brasil. Nossa inquietude crescia, pois, uma a uma, as manifestações eram unânimes na defesa da erradicação. Ficamos dois dias ouvindo as grandes vantagens dessa “nova” velha política.

Encontramos pesquisadores de outras instituições do país. Muitos manifestavam-se pessoalmente cépticos em relação aos possíveis sucessos da empreitada que estava sendo proposta. Apenas poucos ousaram tomar a palavra para expressar pública e claramente as desvantagens de uma política de erradicação. Vivíamos momentos em que a força do paradoxo inibia a fala de muitos. Toda intenção de participar foi se diluindo à medida que entendíamos que a decisão parecia sacramentada! Havia uma

firme proposta de se lançar a partir do Brasil, uma campanha de erradicação do *Aedes aegypti* para as Américas.

Os dias que se seguiram ao encontro foram de intensa reflexão. A importância e complexidade da polêmica exigiram que colocássemos em evidência as ponderações dos parágrafos subseqüentes.

Estamos cientes de que o Ministério da Saúde continua desprezado e lidando com poucos recursos. Nas distintas esferas do governo é o setor saúde que lamentavelmente desponta entre os menos favorecidos. Seria essa proposta uma “cabeça-de-ponte” habilmente colocada, visando a conquista de uma fatia maior do orçamento para o Ministério?

O país está em péssimas condições ambientais. Megalópoles se expandem, a urbanização é intensa. Temos bolsões enormes de pobreza, extensas áreas de favelamento. Sabendo que o *Aedes aegypti* é favorecido nesses ambientes, pois seus criadouros estão associados aos recipientes-descartes da sociedade moderna, que pululam em áreas menos favorecidas, nossa preocupação só tende a aumentar. É sabida, e muitos se pronunciaram a esse respeito na reunião, a importância do saneamento ambiental no combate ao mosquito. Um plano de erradicação teria que ser interministerial. Uma campanha nacional de limpeza urbana teria que ser lançada em conjunto. Logicamente, essa estratégia melhoraria em muito a saúde e a qualidade de vida na conquista de um Brasil limpo.

O abastecimento de água tratada nas cidades brasileiras, ainda

que esteja melhorando, deixa muito a desejar. Restam muitas áreas com serviços precários ou inexistentes. A falta d'água, que é comum principalmente nas periferias, gera o hábito da população de armazená-la em recipientes diversos, favorecendo a proliferação de mosquitos e aumentando o risco de transmissão. Uma campanha visando erradicar o *Aedes aegypti* não poderia deixar de lado essa complicada questão, cuja solução demanda investimentos vultosos. Bom seria se o governo embarcasse com a bandeira da erradicação do mosquito, atacando definitivamente essa questão crucial, trazendo conseqüentemente a melhoria da saúde no seu aspecto mais amplo.

Foram citados problemas sérios, como a penetração em áreas faveladas de domínio de traficantes. Poderiam as equipes de operação freqüentar essas “ilhas”? Sabendo que o conceito de erradicação significa exterminar todos os mosquitos, logo todo o território teria de ser coberto, todas as habitações verificadas, todo quintal vasculhado... Essa limitação não inviabilizaria o programa?

Foi sugerida a possibilidade de uma erradicação moderna, não tipicamente vertical como no passado, mas envolvendo fortemente a comunidade. Para isso a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) seria primordial. Falou-se do fortalecimento da municipalização e dos Conselhos Municipais de Saúde. Abrir-se-iam canais de participação popular. Campanhas educativas seriam implementadas, utilizando-se os diversos meios de

comunicação. Mas até quando a operacionalização do SUS deixará de ser utopia?

E o problema do *Aedes albopictus* que abrange o meio rural? Diante da impossibilidade de seu extermínio, qual seria sua importância na manutenção dos vírus circulantes em nosso meio? Qual seria sua capacidade de transmissão do dengue?

É interessante refletir que historicamente os Estados Unidos nunca se preocuparam em erradicar o *Aedes aegypti* de seu território. Sabem eles que um bom sistema de vigilância entomológica e epidemiológico associado às ações eficientes de controle impede a propagação do dengue e outras arboviroses. Sabem também que a erradicação seria estratégia muito cara. Por outro lado, cremos que eles vêm com grande interesse o ressurgimento de uma campanha de erradicação na porção subdesenvolvida do continente. Abrir-se-á um vasto mercado para a venda de inseticidas, dando mais prosperidade às suas multinacionais.

Outra experiência que não pode ser omitida é a de Cuba. Após a calamitosa epidemia de dengue hemorrágico que enfrentou em 1981, o país passou a ter como prioridade ações contra o mosquito. Mesmo considerando seu sistema de saúde de alto nível e a facilidade de resposta em relação à participa-

ção da população, aquele país convive até hoje com o mosquito, porém as epidemias não tiveram mais espaço. Se uma ilha pequena e organizada não conseguiu debelar o mosquito, seria exequível erradicá-lo do Brasil ou do continente?

Quantos milhares de bombas

André Penner/Abril Imagens



de aspersão de inseticidas necessitaríamos? Quantas toneladas do produto químico compraríamos? Qual seria o tamanho da frota de veículos? Quantos milhares de “guardas” contrataríamos? Diante da política neoliberal que vivenciamos, como entender a admissão de milhares, se a filosofia do atual regime é a de reduzir o tamanho do Estado? Ou seria constituído um “batalhão” terceirizado? Mas nesse caso não sairia

mais dispendioso ainda? Quão onerosa seria uma campanha para cobrir todas as áreas urbanas infestadas desse país?

Alcançariam os países vizinhos simultaneamente a erradicação? Caso não lograssem êxito, a partir deles não estaríamos novamente vulneráveis a constantes ameaças de reinfestação? Como seriam monitorados portos, aeroportos e fronteiras para impedir a entrada clandestina do mosquito?

Acreditamos, como foi enfocado, que muitos benefícios poderia trazer ao país uma intensa campanha de erradicação do *Aedes aegypti*, mas ao mesmo tempo estamos convictos de que sua factibilidade dificilmente será atingida. Como decisão política ela é plausível, bem como tecnicamente, mas sua operacionalização está próxima do impossível.

Foi Collor que, ao taxar nossa indústria automobilística de obsoleta e seu produto de “carroças”, iniciou a importação de veículos Lada, com desenhos ultrapassados, equiparáveis aos modelos dos anos 60. Foi Itamar que, ao substituí-lo na presidência, colocou novamente o Fusca na linha de produção da Volkswagen. Não é de admirar que o governo atual possa relançar “uma campanha de erradicação do *Aedes aegypti*”! A intenção de submeter o tema à comunidade científica é saudável e abre espaço ao debate. RA

FLORESTAN NÃO TEVE MEDO DA LIBERDADE!

*Cassada pelo AI-5 quando era Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional da Secretaria Estadual da Educação, a professora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade de São Paulo, **Maria Nilde Mascellani**, relata neste texto/depoimento a importância do professor Florestan Fernandes na sua formação. Aluna e mais tarde companheira de trabalho de Florestan no Remov (Relações Educacionais e do Trabalho), Maria Nilde enfatiza a coerência do mestre na postura pessoal, na política e enquanto docente. Ela relembra, ainda, o período em que Florestan optou por não retornar à USP, após a Lei da Anistia. “Infelizmente, a competição acadêmica e alguns guetos ideológicos trataram de afastá-lo definitivamente”.*

Conheci o professor Florestan Fernandes em 1949, quando ingressei no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Naquele tempo os cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Letras, Pedagogia, História, Geografia e Matemática funcionavam no segundo andar do prédio que à época era a sede do Instituto de Educação Caetano de Campos, na Praça da República. Na década de 70, a chamada Casa de Caetano de Campos se tornou o principal edifício da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. O Instituto, como toda a educação pública brasileira, a partir desse período fragmentou-se até perder os últimos resíduos da boa qualidade de ensino de que fora padrão.

Pois bem, aluna do 1º ano de Pedagogia, com dezoito anos incompletos, iniciei meus primeiros passos

no campo das Ciências Sociais; interessou-me entender o mundo, a sociedade, o comportamento humano, as questões deixadas pelas gerações anteriores; entender, de modo particular, os dados e os processos sociais que influenciam ou determinam a educação. Professora primária no final de 48 pelo Instituto de Educação Padre Anchieta (antiga Escola Normal Modelo do Brás), ávida de saber, mas também vaidosa dos êxitos até então conseguidos, comecei os estudos universitários certa de que os venceria com tranquilidade. Redigi os primeiros trabalhos acadêmicos, fiz as primeiras provas. Aparentemente tudo ia bem (eu lecionava e estudava) quando me deparei com as notas obtidas em Sociologia I, programa ministrado pelo querido mestre Florestan. A nota média por mim obtida foi 5, um susto e uma frustração, somente metabolizados quando tive coragem de procurar o professor para lhe pedir explicações. Eu estava acostumada

a notas bem mais altas até aquela fase de minha vida estudantil. Mas tudo isso foi providencial. O leitor conclua sobre o perfil de Florestan Fernandes após a narrativa que se segue:

- “Sra. Maria Nilde (era assim que os professores nos chamavam, senhores e senhoras), a nota não quer dizer nada. O que conta é o conhecimento, a atitude de investigação. Vamos reler os seus trabalhos e a senhora. perceberá o que quero dizer...”.

De fato, Florestan Fernandes teve a paciência heróica de sentar-se ao meu lado, na sala do Departamento, e comentar todas as anotações que fizera nos meus trabalhos. Página por página, parágrafo por parágrafo. Levantou inúmeras questões que eu deveria rever e aprofundar. Em meio à conversa, perguntou-me se aceitava o desafio da elaboração intelectual, assim como o escultor burila até o fim sua obra. Confesso que me senti diante de um gigante e ao mesmo tempo de uma figura profundamente humana.

Percebi logo que seria um imenso privilégio tê-lo como professor. Comprometi-me com o desafio e assumi a proposta de ler várias obras, anotar as indagações decorrentes e ter um encontro quinzenal com o professor para avaliar o caminho encetado. Foi assim que descobri as Ciências Sociais, a Sociologia, a Antropologia e a Política, a ponto de desejar reorientar minha opção profissional. Aí também Florestan entrou para me ajudar, para “pensar junto”, como costumava dizer. Refletimos muito sobre a relação educação-sociedade, a necessidade de bons educadores, competentes e comprometidos com a transformação da realidade brasileira.

À distância, com o passar do tempo, concluo que minha decisão não poderia ser outra - afinal, a tarefa de formar consciências é fundamental num país de cultura colonial e de educação autoritária. Era, como até hoje é, necessário que os homens entendam o que é liberdade, e isto se faz processualmente, realizando ações, vivendo experiências e refletindo sobre sua eficácia.

A Universidade de São Paulo de 50 era muito mais elitizada do que hoje. O alunado, em sua maioria, vinha das camadas média alta e alta da sociedade. Eram jovens que só estudavam, tinham tempo para as coisas da cultura, mas sobretudo eram despertados para o trabalho científico. Então, fazer ciência era so-

mente na USP. Isto significava *status*, reconhecimento acadêmico, respeitabilidade profissional.

Este foi um período muito rico para mim. O contato com Florestan Fernandes continuou mesmo depois de seus programas e persistiu até sua morte; sempre tive a liberdade de procurá-lo para esclarecer dúvidas, solicitar sugestões e críticas para meus trabalhos, partilhar a angústia de jovem educadora frente aos problemas que encontrava na relação ciência/filosofia; ciência/religião; filosofia/sociologia. De todos os encontros saí sempre muito enriquecida e não poucas vezes com muito material para ler. A biblioteca de Florestan tinha uma dimensão pública. Era também de seus alunos e companheiros de trabalho.

Depois de um hiato determinado por penoso problema de saúde e de quatro anos de magistério público no interior do Estado, em Socorro, voltei a encontrar com mais freqüência Florestan Fernandes durante a década de 60. Ele colaborou decisivamente em minha formação e de muitos outros colegas, entre estes, alguns professores que integrariam a equipe do Serviço de Ensino Vocacional do Estado (1961-1969). Com carinho, muitos de nós lembram a casa da Rua Nebraska, no Brooklin, uma “segunda Universidade”, a excelente acolhida e o cafezinho de dona Míriam. Tivemos muitos encontros e seminários nos quais se configuravam cada vez mais a necessidade da luta política e da defesa intransigente que fazia e fez até o último momento de vida, da escola pública, estatal, laica e gratuita. Éramos fruto da escola pública, deveríamos ser amplamente seus principais defensores! Sua origem humilde, os sacrifícios da infância e da adolescência, sua consciência de classe, o levaram a uma impressionante fidelidade aos excluídos da sociedade. Era uma postura contagiante!

Mas a universidade e os grupos politicamente atuantes da década de 60 pagaram um alto preço. Com o golpe militar de 64, sucederam-se as pressões, as perseguições aos opositores do regime e defensores da democracia e da liberdade. Florestan, assim como outros combativos intelectuais e cientistas, foi aposentado com base no Ato Institucional nº 5, de dezembro de 68. O regime militar, ceifando o trabalho docente e de pesquisa, criou barreiras imensas, quase intransponíveis, para os atingidos e lacunas até hoje não resolvidas na formação de gerações universitárias

que se sucederam. A partir de 69, os “aposentados” e os “cassados” não puderam adentrar à universidade pública. Florestan, profundamente abatido por estas circunstâncias, aceitou ministrar alguns cursos no exterior, mas por breve espaço de tempo, pois logo assumiu a grande tarefa solitária de escrever, produzindo nesse período doze obras sobre o Brasil e a América Latina, além de numerosos ensaios e artigos.

Por outro lado, o grupo de educadores que liderava o Ensino Público Vocacional em São Paulo também foi duramente atingido. Estava na coordenação geral deste serviço quando fui aposentada igualmente com base no AI-5. Com alguns ex-companheiros de serviço público criamos o Renov (Relações Educacionais e do Trabalho), alternativa que encontramos para, a partir da área privada, continuar formando educadores, jovens de grupos populares e outros. Também Florestan Fernandes esteve presente não somente com sua solidariedade humana e política, mas com o trabalho profissional, ministrando cursos, fazendo palestras, preparando textos. Até o encerramento do Renov, em 1986, Florestan colaborou negando-se a receber qualquer pagamento por seus serviços.

Tive ainda a ventura de poder estar ao lado de Florestan Fernandes na PUC de São Paulo e no Instituto Sedes Sapientiae, a convite de madre Cristina Sodré Dória, na década de 70. Neste tempo, ministrou inúmeros cursos, orientou teses, mas principalmente colaborou com a palavra e com a produção escrita na formação de uma nova geração de universitários e de trabalhadores que não encontrava nem na universidade nem nos sindicatos oportunidades de formação crítica e de uma arguta análise da conjuntura nacional.

No final dos anos 70, veio a Lei de Anistia (ampla, geral e restrita). Muitos professores e pesquisadores voltaram para seus cargos. Florestan se negou a fazê-lo, primeiramente, porque a concessão da anistia estava sujeita a “uma certa negociação com o governo do Estado”, mas, também, porque não via sentido em atuar na nova situação. Nesse período, ele assim se expressou:

“Cheguei a pensar que não era reprimido pela ditadura, mas por meus antigos companheiros...”.

Infelizmente, a competição acadêmica e alguns guetos ideológicos trataram de afastá-lo definitivamente. Também na PUC de São Paulo houve algumas

decepções, embora por outras causas. Nos cursos de pós-graduação, alunos evitavam escolhê-lo para orientador, pois alegavam que ele, além de erudito, era muito exigente para com a produção intelectual. Assim, infelizmente, muitos se autoprejudicaram, ignorando que, com tal atitude, pouco mereceriam o título de mestres ou de doutores.

Socialista por opção, fundado na compreensão do marxismo-leninismo, era ao mesmo tempo cioso de sua independência e da liberdade de pensar.

Com tal espírito aceitou, em 1986, ser candidato à Câmara Federal pelo Partido dos Trabalhadores, cumprindo dois mandatos (1987-1994).

Na verdade, seria necessário escrever várias obras para dizer de Florestan Fernandes - sua vida e obra, seu perfil de cientista, educador, intelectual e militante. Foi um resistente na luta contra a ditadura militar e o arbítrio, na construção intelectual e científica da Universidade de São Paulo, na defesa da escola pública, na defesa da causa dos trabalhadores, na luta revolucionária por um Brasil genuinamente democrático.

Florestan Fernandes foi sempre coerente na postura pessoal, docente e política, de extraordinária simplicidade no trato com as pessoas, de muita humildade intelectual e, sobretudo, de impressionante solidariedade com seus colegas, seus alunos de ontem e de hoje, com todos os que, como ele, foram atingidos pelo regime militar.

Os verdadeiros democratas continuam porém inconformados com o não aproveitamento ou subaproveitamento de nossos melhores cérebros e, porque não dizer, escandalizados com a onda cada vez maior de oportunismo que atingiu cabeças intelectualmente bem formadas, algumas das quais até passaram pelos bancos universitários como discípulos de Florestan.

O homem que não teve medo da liberdade assim respondeu aos seus últimos alunos da USP nos idos de 69:

“Ter medo é humano. Ceder ao medo é errado. A luta contra a ditadura exige que estejamos em permanente tensão com o nosso medo.”

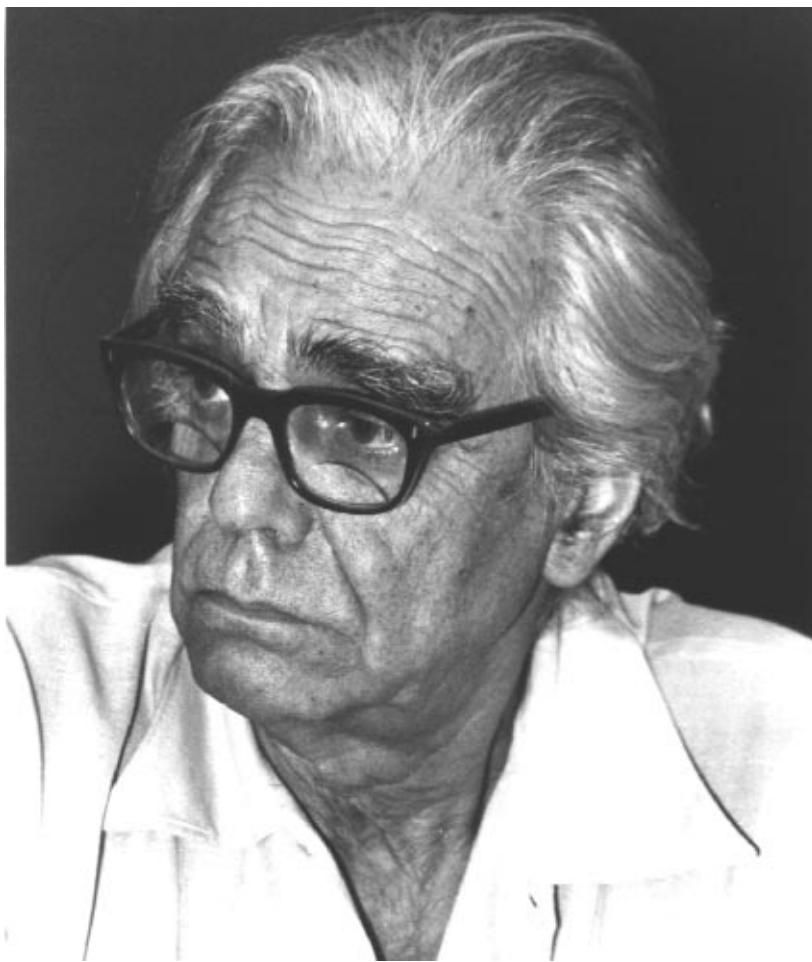
Ele, decisivamente, não teve medo da liberdade!

Maria Nilde Mascellani é professora do Departamento de Psicologia Social da PUC/SP.

SOBRE HÓSTIAS, CÓPULAS, BISPOS E DIVORCIADOS

Ronaldo Entler

*O mês de março de 1976 está marcado na memória do povo argentino pelo golpe militar que jogou aquele país em uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina. Cerca de 30 mil pessoas foram mortas e outras dezenas de milhares perseguidas pela repressão. Durante todo o mês de março deste ano foram realizadas atividades para relembrar as atrocidades cometidas pelos militares. Em São Paulo, promovido pela Adusp, foi realizado o debate "20 anos do golpe militar na Argentina - A questão dos desaparecidos hoje". **León Ferrari**, artista plástico que teve um filho morto pela repressão, participou do encontro e relatou a indignação do povo argentino diante do perdão concedido aos chefes militares responsáveis pelas mortes. Neste artigo, publicado originalmente em maio do ano passado na publicação Mães da Praça de Maio, León cobra uma posição do clero católico argentino, que sempre se colocou ao lado dos militares.*



Há alguns meses, o Vaticano decidiu permitir aos divorciados, em alguns casos, que, ao voltarem a se

casar possam receber a comunhão, mas desde que não copulem com seu novo parceiro.

Na Escola de Suboficiais de Mecânica da Armada (ESMA), essa mesma Igreja oferecia a eu-

caristia aos capitães-de-corveta quando eles retornavam dos vôos nos quais atiravam pessoas ao mar; caso os capelães - com o Evangelho de São Mateus em mãos - aventassem dúvidas quan-

to à necessidade de separar o joio (os desaparecidos) do trigo. Assassinato, confissão, alento pastoral, comunhão, essa era a seqüência dos atos religiosos naquela Escola, entre um e outro vôo: a matança dos desaparecidos não impedia a comunhão que a cópula do divorciado impede. Também não impediu que Pio Laghi oferecesse uma hóstia ao general Suárez Mason, numa missa na Igreja de São Patrício dos Padres Palotinos, pouco depois que vários desses padres foram assassinados pelas forças de segurança, conforme admitiu o próprio Laghi.

Como conseqüência da nota de Verbitsky, no jornal *Página/12*, sobre alguns antecedentes daquele núncio, cinco bispos saíram em sua defesa, reafirmando, além do mais, a conhecida iniciativa da Cúria e do governo para atenuar os delitos das Forças Armadas, a qual propunha a igualdade de responsabilidades aos participantes daquela guerra: uma nova face para os dois demônios.

No que ocorreu quinze anos depois do bombardeio de 16 de junho de 55 (o maior acontecimento terrorista já visto nestas terras, desde que esqueçamos, entre outras coisas, o terrorismo praticado pelos crentes que acompanharam Ulrico Schmidt naquele processo evangelizador de aborígenes), podem-se distinguir dois aspectos. O primeiro deles é o enfrentamento entre a guerrilha e as Forças Armadas (luta pessoal, bombas, atentados), quando caíam civis acidentalmente de ambos os lados, ações cujos responsáveis são os que direta ou

indiretamente delas participaram e sobre as quais todos temos o direito de opinar, de atribuir culpas, de arrependê-los, de reconciliar-los ou não. O outro aspecto a salientar são os delitos de lesa-humanidade cometidos pelos terroristas das Forças Armadas e não pela guerrilha: as mil formas de tortura a combatentes e não combatentes, adultos ou crianças, o estupro de moças seqüestradas, o roubo de crianças que os ladrões continuam retendo, os desaparecidos; a guerrilha não fez desaparecer ninguém, não jogou gente no mar, não roubou crianças, não torturou.

Entre as responsabilidades da guerrilha não se incluem os crimes alheios, crimes que a Igreja avalizou acompanhando seus autores no governo, pedindo a lei do esquecimento quando se iniciavam os julgamentos, exigindo perdão quando foram condenados, visitando-os na prisão de Magdalena quando foram encarcerados e compartilhando com eles festas e missas logo após terem alcançado o indulto.

Esses bispos continuam empenhados em conseguir um novo esquecimento, um novo indulto, uma espécie de absolvição moral para os absolvidos pela Justiça, exigindo o arrependimento de todos os argentinos, o perdão e a reconciliação (poderão os bispos, antes disso, dar-nos o exemplo reconciliando-se eles com os divorciados e suas cópulas?) como condição prévia para conhecer a verdade. Tal colocação faz com que os bispos continuem prestando ajuda aos delinqüentes: lutam

para que a necessária verdade seja tão inatingível quanto a desnecessária reconciliação entre vítimas sem justiça e vitimários indultados.

Em lugar de esconder sua cumplicidade com os torturadores procurando culpas nos torturados, a Igreja deve tratar de lavar as suas revelando aquilo que oculta, aquilo que cardeais e mosenhores souberam em seus encontros com generais e almirantes na Cúria, na Casa Rosada e na Nunciatura, e aquilo que vigários e capelães viram e ouviram nos 325 centros de seqüestro, e cujo pessoal foi por eles alentado espiritualmente.

Se não querem remexer nas feridas do passado (eles revolvem as de Jesus há dois mil anos, causando a morte de milhões de judeus), devem ao menos divulgar as listas dos sacerdotes e purpurados que entraram naqueles centros, seus endereços e telefones, para que possam ser interrogados sobre essa verdade que tanto temem.

Não pode haver reconciliação com aqueles que garantiam ser a reserva de honra e de valor da Nação, transformados agora em portadores escondidos de uma vergonhosa covardia: ontem, mataram e torturaram mulheres e crianças; hoje, não se atrevem a confessar, fora do confessionário, sobre como, quando e onde o fizeram. A Igreja continua ao lado deles.

Tradução: Graciela Foglia e Leonardo Chianca

Ensaio

O jornal argentino **Página/12** publicou, no ano passado, uma série de fascículos com ilustrações de artistas argentinos retratando os 20 anos da ditadura militar e a relação dos mortos e desaparecidos. O trabalho do artista plástico León Ferrari concentrou-se no apoio do clero católico aos militares. Nestas duas páginas reproduzimos parte do material produzido por León.

